

INTERSECÇÕES

REVISTA DA SECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS
2026 #02





Escola Secundária Diogo de Gouveia (02), Beja. Arq. Luís Cristino da Silva

#02 REVISTA INTERSECÇÕES ALENTEJO

Tema: Tempo
Publicação Anual | 650 Exemplares
Évora, julho de 2026

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

Ordem dos Arquitetos - Secção Regional
do Alentejo (OASRALT)

Sede: Torre do Salvador, Rua do Salvador 2,
7000-509 Évora

Contacto: alentejo.geral@ordemdosarquitectos.org
266 734 089

@ Todos os direitos reservados

REDAÇÃO

David Lopes

REVISÃO

Daniel Carrapa

PAGINAÇÃO

Jorge Candeias e Duarte Azaruja

FOTOGRAFIA DE CAPA

José Manuel Rodrigues
Escola Secundária Diogo de Gouveia (01), Beja. Arq.
Luís Cristino da Silva

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca, São Mamede de Infesta
Capa: Inaset Plus 300g | Interior: Inaset 120g

DEPÓSITO LEGAL

5552887/25

ISSN

3051-7443

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/oasralt>
Facebook: <https://www.facebook.com/SRALT>
Instagram: https://www.instagram.com/oa_sralt
Website: https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_alentejo

Os conteúdos publicados, bem como a norma
ortográfica adotada, são da exclusiva responsabilidade
dos respetivos autores.

ORDEM DOS ARQUITECTOS - SECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL

Presidente

Cláudia Gaspar

Vice-presidente

Nelson Rosmaninho

Vogais

Elsa Barreiras

Duarte Azaruja

Claúdia Petronila

Suplente

João Pereira

MESA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente

Daniel Carrapa

Secretários

Isabel Imaginário

Ana Batista

Suplente

Luís Ferro

CONSELHO DISCIPLINA REGIONAL

Presidente

Carlos Baioneta de Almeida

Vogais

Telma Patrício Félix

João Ochôa Pires

Elina Chaves Santana

Eduardo Eugénio

Suplentes

Rita Pereira

Martin Trueb

DELEGADO REGIONAL

Efetivo

José Luís Fernandes

Suplente

Inês Mendes

08	Alentejo: Arquitetura do Tempo Editorial por Nelson Rosmaniho
10	Agenda da Secção Regional do Alentejo por Redação
20	Novo Aeroporto de Lisboa: está o Alentejo preparado? por Daniel Carrapa
23	O Desenho Invisível do Movimento por Carlos Baioneta de Almeida
27	O tempo [longo] da arquitetura e planeamento. A resiliência de uma região por Cláudia Gaspar
32	Um roteiro pelo tempo por Eduardo Eugénio e Simão Eugénio
38	Arquitetura para todos por David Lopes
39	Tempo na Arquitetura: a Alteração de Uso enquanto Novo Habitar por Elsa Barreiras
41	A Generosidade do Arquiteto por João Ochôa Pires
44	A Memória da Arquitetura: entre o suporte físico e o meio digital por Isabel Imaginário
46	Reabilitação como exercício de escuta por Ana Batista
48	Entre a Prática e a Disciplina por Eduardo Eugénio
52	A evolução dos processos de admissão desde o início da Secção Regional do Alentejo por Cláudia Petronila
54	Biblioteca por Redação
56	Um olhar sobre o tempo Pela lente de José Manuel Rodrigues

Dia Regional do Arquiteto

23 julho
2026

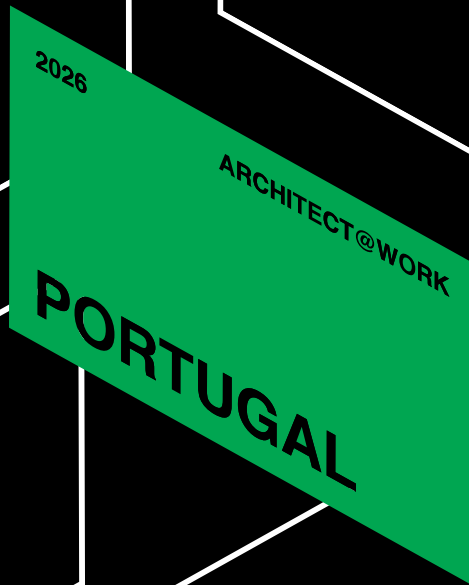
Sede
OA-SRALT



Belgium The Netherlands Luxembourg France United Kingdom Germany Switzerland Austria Italy Spain Portugal Poland Czech Republic

ARCHITECT @WORK

3 & 4 DEZ. 2026
LISBON - FIL



ARCHITECT MEETS INNOVATIONS



DESIGN & PLAN by  © CREATIVE4

ARCHITECTATWORK.PT

ALENTEJO: ARQUITETURA DO TEMPO

Por **NELSON ROSMANINHO**, ARQUITETO
VICE-PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**

Há territórios que se desenham no espaço; o Alentejo desenha-se no tempo. Aqui, o tempo não passa apenas: acumula-se.

Num mundo dominado pela urgência, pela aceleração e pelo excesso de estímulos, o Alentejo permanece como território de outra escala: a do tempo humano. Não se trata de atraso, mas sim de uma *“Inteligência do Lugar”* construída ao longo de séculos de adaptação ao clima, à escassez e à vida comunitária. A arquitetura alentejana traduz essa sabedoria e resulta de uma observação rigorosa do território, como resposta direta ao calor, à luz e aos ritmos quotidianos, deixando de parte o supérfluo e o arbitrário. Perante os desafios da civilização contemporânea, tais como as alterações climáticas, o colapso ecológico, as desigualdades crescentes, a crise habitacional, o desenraizamento social e a desumanização dos espaços habitados, o Alentejo ganha relevância e deve ser visto como referência. Muito antes do conceito global de sustentabilidade, aqui persistem os princípios fundamentais para o futuro: escala humana, conhecimento climático, uso consciente dos recursos, e equilíbrio e relação contínua entre construção e paisagem.

O futuro do Alentejo estará pois na capacidade de integrar inovação e memória, tecnologia e saber tradicional. Construir com o clima, respeitar a escassez,

valorizar o silêncio e recuperar o equilíbrio entre lugar, permanência, memória e relação são princípios profundamente contemporâneos e através dos quais se (re) constrói uma forma de habitar o tempo.

A 2.^a Edição da Revista Intersecções, da responsabilidade da OASRALT - Secção Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos, nasce do encontro e da materialização de um conjunto de reflexões dos seus membros eleitos em torno do tema *“Tempo”*, pretendendo-se que cada leitor – arquitetos decisores políticos e sociedade civil – possa dar continuidade a esta reflexão, na ponta do seu lápis ou em qualquer decisão que venha a tomar, constituindo-se como um agente ativo de mudança.

Se o Alentejo é apresentado como um território onde o Tempo se torna matéria de construção a todos os níveis, cada contributo desta edição explora, a partir de diferentes perspectivas disciplinares, as múltiplas formas como o tempo estrutura a arquitetura, o território e a sociedade, mas também a prática profissional dos arquitetos e a própria Secção Regional do Alentejo.

Destacam-se os artigos de opinião “Novo Aeroporto de Lisboa: está o Alentejo preparado?”, por Daniel Carrapa e “O Desenho Invisível do Movimento”, por Carlos Baioneta de Almeida, bem como o ensaio “O tempo [longo] da arquitetura e planeamento. A resiliência de uma



"(...) cada contributo desta edição explora, a partir de diferentes perspetivas disciplinares, as múltiplas formas como o tempo estrutura a arquitetura, o território e a sociedade, mas também a prática profissional dos arquitetos e a própria Secção Regional do Alentejo."



região", por Cláudia Gaspar, onde são abordados o tempo do planeamento territorial e urbano a diferentes escalas, bem como o tempo dinâmico da mobilidade e a forma como moldam o território e a sociedade.

A dimensão do tempo na arquitetura, através da reabilitação e da reinterpretação do património construído, é aprofundada nos artigos "Tempo na Arquitetura: a alteração de Uso enquanto Novo Habitar", por Elsa Barreiras, e "Reabilitação como exercício de escuta", por Ana Batista.

Os artigos "A Generosidade do Arquiteto", por João Ochôa Pires, e "Entre a Prática e a Disciplina", por Eduardo Eugénio, retratam diferentes aspetos da prática profissional; o primeiro introduz uma leitura mais sensível e ética com enfoque na entrega e na dimensão social do arquiteto; o segundo retrata a relação entre a deontologia profissional e a disciplina.

Já o ensaio "A Memória da Arquitetura: entre o suporte físico e o meio digital", por Isabel Imaginário, retrata reflete sobre a evolução temporal dos suportes de arquivamento dos projetos.

Abrindo as portas da OASRALT - Secção Regional do Alentejo, David Lopes relata a sua experiência, enquanto colaborador, em "Arquitetura para todos", nomeadamente no pelouro da Encomenda, bem como a missão desta

secção regional em garantir mais e melhor encomenda na região Alentejo; enquanto Cláudia Petronila apresenta a análise "A evolução dos processos de admissão desde o início da Secção Regional do Alentejo". A "Agenda da Secção Regional do Alentejo" sintetiza os eventos e iniciativas desta Secção Regional já ocorridos nos últimos 12 meses e desvenda algumas iniciativas que ainda irão acontecer.

A presente edição da Intersecções apresenta ainda três propostas de "viagens" em diferentes dimensões: "Um roteiro pelo tempo", por Eduardo Eugénio e por Simão Eugénio, onde o leitor é convidado a visitar um conjunto de obras arquitetónicas de relevo no Alentejo; "Biblioteca", onde são apresentadas 6 propostas de leitura; e "Um olhar sobre o tempo", onde o leitor é convidado a "viajar" pela lente de José Manuel Rodrigues.

Agradecemos a todos os que participaram e contribuíram de forma ativa para a publicação desta edição, nomeadamente aos membros eleitos da OASRALT e respetivos funcionários, bem como aos demais colaboradores e convidados – designers e fotógrafos. Por fim, uma palavra final de agradecimento aos nossos leitores e em especial aos membros que exercem a sua prática profissional no Alentejo e que esta Secção Regional orgulhosamente representa.

AGENDA DA SECÇÃO REGIONAL

CONSOLIDAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Por **REDAÇÃO**

As atividades promovidas pela Secção Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos (OA-SRALT) têm consolidado a Secção como um agente vivo e agregador na discussão sobre a arquitetura e o vasto território alentejano. Através de uma estratégia assente na proximidade e na descentralização, a OA-SRALT reforçou os laços entre os pares, aproximou-se das instituições locais e levou o debate público a vários municípios da região, sem esquecer a cooperação transfronteiriça.

Um dos marcos deste período foi a consolidação do Prémio Arquitetura no Alentejo. Lançada em julho de 2025, a sua 2.ª edição culminou em novembro, no Auditório da CCDR – Alentejo durante o 17.º Congresso dos Arquitectos, com a entrega dos prémios e a inauguração de uma exposição retrospectiva das obras concorrentes. Este prémio — apoiado por 16 municípios da região — reflete o compromisso partilhado de valorizar a produção arquitetónica local, tanto na edificação nova como na reabilitação.

O investimento no apoio à prática profissional esteve também no centro da agenda. A OA-SRALT

deu continuidade ao Ciclo de Esclarecimentos sobre a Disciplina. Estas sessões descentralizadas passaram por Beja, Ponte de Sor e Évora, promovendo debates abertos sobre o Simplex Urbanístico, a relação com o cliente e a administração, e o Novo Regulamento de Deontologia.

Em novembro de 2025, durante o 17.º Congresso dos Arquitectos, em Évora, a OA-SRALT lançou 4 publicações. O primeiro número da revista Intersecções – Alentejo, dedicada ao "Território", e três Cadernos de Concursos, materializando o seu esforço de transparência e valorização das propostas submetidas aos concursos públicos assessorados pela secção.

O dinamismo estendeu-se além-fronteiras com a organização, em parceria com o espanhol COADE, da 2.ª edição das Jornadas RIPAR, que uniram Olivença e Elvas no debate sobre a Reabilitação Integral do Património em Ambos os lados da Raia.

Com esta agenda, a OA-SRALT reitera a sua missão de salvaguarda dos princípios deontológicos, capacitação dos seus membros e afirmação da relevância social e cultural da profissão.



ADMISSÃO

7 de outubro de 2025

Feira do Emprego da Universidade de Évora

A OA-SRALT esteve presente na 2.ª edição da “Constrói o teu Caminho” – Feira do Emprego da Universidade de Évora. Enquanto participante institucional, a OA-SRALT foi representada pela Arq.ª Elsa Barreiras, Vogal do Conselho Directivo Regional, que contactou com os alunos, divulgando o trabalho da Ordem dos Arquitectos.

A Presidente do Conselho Directivo Regional, Arq.ª Cláudia Gaspar apresentou ainda uma sessão no Auditório Nobre acerca de questões como: o que é a profissão de arquiteto, o que é uma ordem profissional, o que é a Ordem dos Arquitectos, e o que é necessário para ser admitido na Ordem dos Arquitectos.



1

PREMIAÇÃO

03 de julho de 2025



Lançamento do Prémio Arquitetura no Alentejo 2025 (2.ª Edição)

No Dia Nacional do Arquitecto, a Secção Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos (OA-SRALT) lançou a 2.ª edição do Prémio Arquitetura no Alentejo. Trata-se de um prémio de âmbito regional, que pretende distinguir e premiar obras de reconhecida qualidade arquitetónica, nas categorias de edificação nova e reabilitação, realizadas na área geográfica dos 47 municípios do Alentejo.

A segunda edição tem o patrocínio dos Municípios de: Alandroal, Arronches, Barrancos, Borba, Campo Maior, Évora, Grândola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ponte de Sor, Reguengos de Monsaraz, Serpa, Viana do Alentejo e Vidigueira.

2



3



APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL

14 de outubro de 2025

4.ª Sessão da Disciplina: O Simplex como Prevenção

A 4.ª Sessão da Disciplina, sobre O Simplex como Prevenção, teve lugar no Clube para a UNESCO – Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de Beja. O painel foi constituído pela Dr.ª Helena Rocha, jurista da Ordem dos Arquitectos, pelo Arq.º Silvestre Pelica, Chefe da Divisão de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Beja, pela Arq.ª Cátia Marcelino, a exercer funções no setor privado, e foi moderado pela Arq.ª Elina Santana, Vogal do Conselho de Disciplina Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos.



4

CULTURA

28 de outubro de 2025



Exposição Cidades e suas Teses 1970-2020

A OA-SRALT inaugurou, no dia 28 de outubro, na Igreja do Salvador, a exposição Cidades e suas Teses. O projeto Cidades e suas Teses / Las Ciudades y sus Tesis tem como finalidade a criação de um repositório de teses de doutoramento sobre diversas cidades ibéricas, de modo a desenvolver um registo exaustivo das investigações dedicadas ao estudo dessas cidades, do ponto de vista da historiografia urbanística e dos estudos urbanos.

MEMBRO HONORÁRIO

29 de outubro de 2025

Cerimónia de Membro Honorário 2025

A cerimónia de atribuição do título de Membro Honorário 2025 da Ordem dos Arquitectos, em articulação com o Conselho Diretivo Nacional e as demais secções regionais, decorreu no dia 29 de outubro de 2025 em Lisboa. A OA-SRALT atribuiu o título de membro honorário ao arquiteto Miguel Rocha, pelo seu percurso profissional pautado pela dedicação ao ensino e formação, pelo estudo da construção em taipa e recuperação do património construído com terra. Destacam-se ainda as publicações sobre a construção e reabilitação em taipa, bem como a sua atividade associativista e empresarial;

5



6

CONGRESSO

13 a 15 de novembro de 2025



17.º Congresso dos Arquitectos

O 17.º Congresso dos Arquitectos, subordinado ao tema Inteligência Essencial, decorreu em Évora de 13 a 15 de novembro de 2025, no auditório da CCDR – Alentejo e no Teatro Garcia de Resende. A atividade cultural paralela ao Congresso ocorreu entre a sede da OA-SRALT e a Fundação Eugénio de Almeida, com destaque para as visitas guiadas ao Paço de São Miguel, às Casas Pintadas e ao Complexo Habitacional da Malagueira.





CULTURA

13 de novembro de 2025

Inauguração da Exposição do Prémio de Arquitetura no Alentejo 2025 (2.ª Edição)

Durante o 17.º Congresso dos Arquitectos, a OA-SRALT inaugurou, na sala de exposições da CCDR – Alentejo, a exposição dos painéis das obras candidatas à 2.ª edição do Prémio Arquitetura no Alentejo 2025. As obras distinguidas foram: a Olaria Municipal de Odemira, na categoria de reabilitação (Arq.º Daniel Pinho – ARDE Atelier), e a Casa Mortuária de Barrancos, na categoria edificação nova (Arq.ª Ana Isabel Santos, Arq.º João Varela e Arq.º Paulo Dias – Mesa Atelier). Foram ainda atribuídas menções honrosas ao Centro de Valorização da Viola Campaniça (Arq.º Filipe Oliveira), em Odemira, e ao Monte Alvo (Arq.ª Inês Marcelino – NOZ Arquitectura), em Pavia. A exposição ficou patente até ao final do congresso.



7

PREMIAÇÃO

13 de novembro de 2025

Entrega do Prémio Arquitetura no Alentejo 2025 (2.ª Edição)

No primeiro dia do 17.º Congresso dos Arquitectos, a OA-SRALT entregou, no Auditório da CCDR – Alentejo, o Prémio Arquitetura no Alentejo 2025. A 2.ª edição do prémio distinguiu o arquiteto Daniel Pinho – ARDE Atelier, na categoria de reabilitação (Olaria Municipal), e os arquitetos Ana Isabel Santos, João Varela e Paulo Dias – Mesa Atelier, na categoria de edificação nova (Casa Mortuária de Barrancos). As menções honrosas distinguiram os arquitetos Filipe Oliveira, na categoria de reabilitação (Centro de Valorização da Viola Campaniça), e Inês Sousa Marcelino – NOZ Arquitectura, na categoria edificação nova (Monte Alvo).

8

>>



9

COMUNICAÇÃO

14 de novembro de 2025

Lançamento da revista Intersecções – Alentejo e Cadernos de Concursos

No segundo dia do 17.º Congresso dos Arquitectos, foi lançado o primeiro número da revista Intersecções da OA-SRALT – subordinada ao tema “Território”. Simultaneamente, foram lançadas outras três publicações, cada uma delas dedicada a um concurso público assessorado pela OA-SRALT: Miradouro e Área Envolvente de Barrancos; Escola Básica n.º 1 e Escola Secundária de Vendas Novas; e Escola Secundária André de Gouveia.



10

CICLO DE VISITAS

16 de novembro de 2025



Ciclo de Visitas: visita ao Complexo Habitacional do Bairro da Malagueira, em Évora

No dia 16 de novembro, a OA-SRALT realizou-se uma visita ao Complexo Habitacional da Malagueira, projetado pelo Arq. Álvaro Siza Vieira em 1977. A visita, integrada na programação cultural paralela ao 17.º Congresso dos Arquitectos, foi guiada pelo Arq. António Choupina, Diretor de Arquitetura da Fundação de Serralves / Arquivo Álvaro Siza.

APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL

25 de novembro de 2025

5.ª Sessão da Disciplina: A relação do Arquiteto com o Cliente e a Administração

A 5.ª Sessão da Disciplina, com o tema "A relação do Arquiteto com o Cliente e com a Administração", decorreu no Centro de Artes e Cultura de Ponte de Sor. O painel, moderado pela Arq.ª Telma Félix, Vogal do Conselho de Disciplina Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos, contou com a presença do Dr. José Saraiva de Lemos, assessor jurídico da Ordem dos Arquitectos, da Arq.ª Susete Pereira, a exercer funções no setor público, e do Arq. Daniel Luís, a exercer funções no setor privado.

11



12

APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL

17 de dezembro de 2025



6.ª Sessão da Disciplina: O Novo Regulamento de Deontologia

No dia 17 de dezembro, na Igreja do Salvador (junto à sede da OA-SRALT) em Évora, decorreu a 6.ª Sessão do Ciclo de Esclarecimentos sobre a Disciplina, com o tema "O Novo Regulamento de Deontologia".

O painel, moderado pelo Arq. João Pires, Vogal do Conselho de Disciplina Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos, contou com a presença do Dr. Jorge Remédio Pires, assessor jurídico da Ordem dos Arquitectos, da Arq.ª Andrea Gonçalves, a exercer funções no setor público, e do Arq. Duarte Azaruja, Vogal do Conselho Directivo Regional do Alentejo, a exercer funções no setor privado.



13

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

19 de janeiro de 2026



9.ª Assembleia Regional Ordinária

A Assembleia Regional do Alentejo reuniu no dia 19 de janeiro, na sede da OA-SRALT, em Évora. De acordo com a ordem de trabalhos, foi posta a votação a ata da Assembleia Regional de 18 de março de 2025, que foi aprovada por unanimidade. Seguiu-se a apresentação e discussão do Plano de Atividades para 2026, que foi também aprovado por unanimidade.

ENCOMENDA

1 de abril de 2026

Lançamento da 3.ª edição do PRUMO

Com o apoio da OA-SRALT, o Município de Odemira lançou, no dia 01 de abril, a 3.ª edição do Prémio de Reabilitação Urbana do Município de Odemira (PRUMO). Trata-se de um prémio bienal que pretende distinguir obras de reabilitação, que representem um exemplo de qualidade arquitetónica e contribuam para a valorização do património edificado do concelho de Odemira.

14



15

CULTURA

21 de abril de 2026



Jornadas RIPAR (2.ª Edição), Olivença

Decorreu a 21 de abril, em Olivença (Espanha), o primeiro dia da 2.ª edição das Jornadas RIPAR – Reabilitação Integral do Património em Ambos os lados da Raia, organizadas pelo Colegió Oficial de Arquitectos de Extremadura (COADE) e pela OA-SRALT.

Às conferências dos arquitetos Francisco Hipólito Ojalvo, Pablo Alejandro Cruz Franco, Pedro Pacheco e Antonio Álvarez-Cienfuegos Rubio, seguiram-se as visitas ao Convento San Juan de Dios, conduzida pela Arq.ª Beatriz Cáceres Marzal, e à Puerta del Calvario, conduzida pelo Arq.º Alberto Méndez García.



MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

26 de maio de 2026

10.ª Assembleia Regional Ordinária

A Assembleia Regional do Alentejo reuniu no dia 26 de maio, na sede da OA-SRALT, em Évora. De acordo com a ordem de trabalhos, foram postas a votação a ata da Assembleia Regional de 19 de janeiro de 2026, e o voto de pesar pelo falecimento do arquiteto Fernando Pinto, ambos aprovados por unanimidade. Seguiu-se a apresentação e aprovação do Relatório de Atividades de 2025, que foi também aprovado por unanimidade.

16

CULTURA

28 de abril de 2026

◀◀ Jornadas RIPAR (2.ª Edição), Elvas

Decorreu a 28 de abril, em Elvas, o último dia da 2.ª edição das Jornadas RIPAR – Reabilitação Integral do Património em Ambos os lados da Raia, organizadas pelo COADE e pela OA-SRALT.

Às conferências dos arquitetos Maria Dolores Robador González, Vanessa Salgueira Pimenta e Pureza Gonçalves Pereira, e Isabel Russo e Carlos Trindade, seguiram-se as visitas guiadas. A Arq.ª Vanessa Salgueira Pimenta conduziu a visita a uma habitação no centro histórico de Elvas, e o Arq.º Carlos Trindade conduziu a visita ao Forte da Graça.

17

▶▶

Assembleia Regional Ordinária Alentejo

26 maio
17h00



18

ADMISSÃO

30 de maio de 2026

◀◀ Cerimónia de Receção aos Novos Membros 2025

Decorreu, no passado dia 30 de maio, a receção aos membros do Alentejo que ingressaram na Ordem dos Arquitectos no ano 2025. A cerimónia, que pretende ser um momento de celebração e partilha de experiências entre novos membros e orientadores de estágio, ficou ainda marcada por uma conversa entre membros honorários, sobre a sua carreira, moderada pela Arq.ª Cláudia Petronila, vogal responsável pelo pelouro da Admissão.



19 INICIATIVAS PEDAGÓGICAS

1 de junho de 2026

◀◀ Dia da Criança

Para assinalar o Dia da Criança 2026, a OA-SRALT sorteou, pelo segundo ano consecutivo, livros infantis, com temas relacionados com arquitetura, pelas escolas de 1.º Ciclo do Alentejo. Por forma a garantir que a iniciativa chega a crianças de toda a região, foram a sorteio escolas de 1.º Ciclo de cada sub-região do Alentejo: Alto, Central, Baixo e Alentejo Litoral. Os livros oferecidos pretendem proporcionar um maior contacto das crianças com a profissão – Arquiteto, e salientar a importância da Arquitetura no quotidiano.

ADMISSÃO

2 de junho de 2026

Sessão de Esclarecimentos #6 – Admissão à Ordem dos Arquitectos

A Sessão de Esclarecimentos sobre o processo de admissão ocorreu no dia 02 de junho de 2026. Em formato telemático, a 6.ª edição da sessão foi dirigida aos estudantes de arquitetura e demais candidatos que em breve farão a sua admissão à Ordem dos Arquitectos. Na sessão, participaram estudantes de várias universidades do país.

20

▶▶

Sessão de Esclarecimentos

Admissão à Ordem dos Arquitectos

2 de junho
14h00



Evento Online
Sessão #06



21

APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL

9 de junho de 2026

◀◀ 5.ª Sessão de Esclarecimento – RJUE (novo diploma)

No dia 09 de junho de 2026, a OA-SRALT organizou uma sessão de esclarecimentos acerca do Simplex Urbanístico, no Auditório da CCDR – Alentejo, I.P. A sessão visou esclarecer as alterações introduzidas ao RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação) pelo Decreto-Lei nº 108/2026, de 29 de maio. A 5.ª Sessão de Esclarecimento do RJUE (Novo Diploma) foi uma iniciativa da Ordem dos Arquitectos, organizada pela Secção Regional do Alentejo, com o apoio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Câmara Municipal de Évora e CCDR Alentejo.



22

CULTURA

9 de junho de 2026



Exposição do Prémio Arquitetura no Alentejo 2025 (2.ª Edição)

No dia 9 de junho de 2026, no âmbito da 5.ª Sessão de Esclarecimento sobre o RJUE, foi exibida, no Auditório da CCDR – Alentejo, a exposição dos painéis das obras candidatas ao Prémio Arquitetura no Alentejo 2025, já na sua 2.ª edição. Foram distinguidos os seguintes arquitetos: Arq.º Daniel Pinho (Prémio Reabilitação); Arq.ª Ana Isabel Santos, Arq.º João Varela e Arq.º Paulo Dias (Prémio Edificação Nova); Arq.º Filipe Oliveira (Menção Honrosa Reabilitação) e Arq.ª Inês Marcelino (Menção Honrosa Edificação Nova).

CELEBRAÇÕES

23 de julho de 2026

Dia Regional do Arquitecto

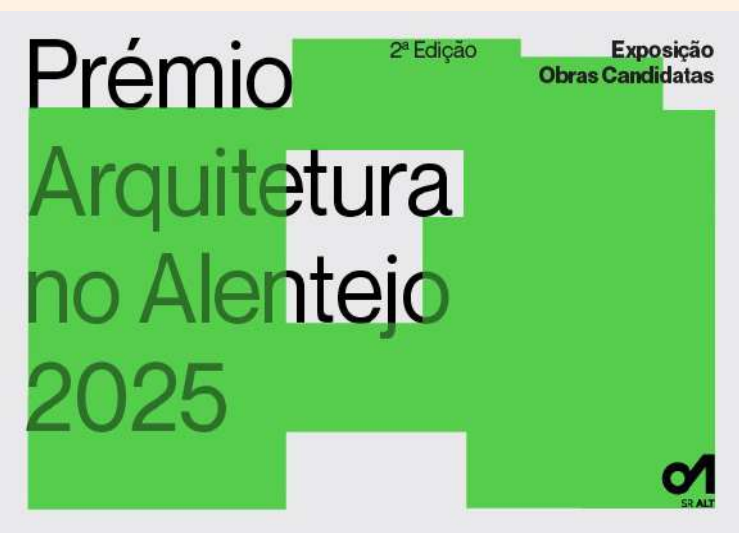
O Dia Regional do Arquitecto (que, tal como o Dia Nacional do Arquitecto, se celebra no mês de julho) coincide com a data de início da OA-SRALT - no dia em que tomaram posse os membros eleitos para o primeiro mandato, em 23 de Julho de 2021. A OA-SRALT vai, neste âmbito, homenagear os seus membros que neste ano completam 25 e 50 anos de exercício da profissão.

23



Dia Regional
do Arquitecto

23 julho
2026



24

CULTURA

05 de outubro de 2026



Exposição do Prémio Arquitetura no Alentejo 2025 (2.ª Edição)

No dia 5 de outubro de 2026, no âmbito do anúncio do projeto vencedor da 3.ª edição do PRUMO (Prémio de Reabilitação Urbana do Município de Odemira) e da abertura da exposição dos trabalhos apresentados a concurso, será inaugurada, em Odemira, a exposição dos painéis das obras candidatas ao Prémio Arquitetura no Alentejo 2025, já na sua 2.ª edição.

CONCURSO



MIRADOURO E ÁREA ENVOLVENTE DE BARRANCOS



CONCURSO



ESCOLA SECUNDÁRIA ANDRÉ DE GOUVEIA ÉVORA

CONCURSO

ESCOLA BÁSICA Nº1 E ESCOLA SECUNDÁRIA DE VENDAS NOVAS



ORDEM DOS ARQUITECTOS
SECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO

NOVO AEROPORTO DE LISBOA: ESTÁ O ALENTEJO PREPARADO?

Por **DANIEL CARRAPA**, ARQUITETO
PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**

A construção do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) em Alcochete, com previsão de execução reprogramada para 2037, vai constituir uma das maiores operações de transformação territorial e urbana feitas em Portugal. O impacto que este empreendimento vai ter é claro para todos, repercutindo efeitos sobre o ambiente e as redes de infraestruturas, o setor empresarial e a indústria, o setor social e a habitação, entre tantos outros.

No contributo da Ordem dos Arquitectos, apresentado em sede da discussão pública do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, salientaram-se as potencialidades e os riscos que a criação desta futura cidade aeroportuária irá ter à escala regional e até nacional, com a evolução para um hub intercontinental com potencial de geração de trinta mil postos de trabalho diretos e indiretos.

Na sua participação, a OA não deixou de dramatizar que um processo de transformação desta ordem de grandeza impõe a reflexão profunda sobre a necessidade de uma visão estratégica e um processo de revisão integrada dos instrumentos de planeamento territorial, tanto ao nível dos programas regionais de ordenamento do território como dos planos diretores municipais.

Para o Alentejo, este processo reveste-se de especial relevância, pelo risco que um “choque de procura” poderá vir a ter sobre territórios fragilizados pela perda continuada de população residente e pelas vulnerabilidades próprias da interioridade. Para enfrentar este desafio, os agentes da administração regional e local terão de antecipar e coordenar o seu

planeamento, mais do que pensar isoladamente. Os desafios que se farão sentir são de tal ordem que, sem integração institucional, a oportunidade gerada pelo NAL poderá resultar em mais efeitos negativos do que positivos.

Esta é, talvez, uma das maiores adversidades de partida: que a tradição de planeamento pela administração pública em Portugal foi sempre exercida mais em confronto dos diferentes agentes do que num espírito de cooperação. Os motivos para tal são compreensíveis e até legítimos. Os municípios, as entidades regionais, as autoridades e associações na área do ambiente, as associações empresariais, entre tantas outras, dão prioridade a objetivos diferentes e, por isso mesmo, identificam necessidades e carências diferentes. O risco está, como é fácil de pressentir, em que da ação fragmentada dos vários agentes se possa perder uma perspetiva abrangente, um sentido de compromisso e uma vontade colaborativa na direção a um objetivo comum.

Por outro lado, estando a concretização do NAL a mais de uma década de distância, ele não foi ainda interiorizado como uma prioridade para muitos agentes políticos. Os seus impactos serão sentidos a vários ciclos legislativos e autárquicos de distância, quando muitos dos atuais intervenientes não serão sequer os mesmos. Os processos de planeamento são lentos e não produzem efeitos imediatos. Aqueles que tiverem iniciativa e clarividência estarão certamente mais bem preparados. Mas o falhanço daqueles que nada fizerem só será visível durante o turno de outros, a muitos anos de distância.





"Se cada agente neste processo defender apenas o seu perímetro de ação, o resultado coletivo será pior para todos."

Certo é que o novo hub aeronáutico irá fazer impactar os seus efeitos, quer estejamos ou não preparados. Para muitos municípios do Alentejo, com a capacidade das suas zonas empresariais e industriais muito limitada e em alguns casos praticamente esgotada, o risco de ficar a "ver os aviões" parece ser real. A isto acresce a carência crescente de habitação acessível, que tornará ainda mais difícil receber grandes investimentos que dependam do acolhimento de novos trabalhadores.

Estes problemas são de extrema complexidade e exigem um planeamento territorial integrado. As zonas empresariais e industriais não são apenas um problema de "área" - são empreendimentos que testam os limites de carga dos nossos territórios, a todos os níveis. São grandes consumidores de água e de energia - questões críticas para o futuro do Alentejo. São geradores de pressão sobre os sistemas de saneamento e tratamento de efluentes - quando em muitos casos esses sistemas estão ainda por concluir e dimensionados para dar resposta às necessidades atuais, não às exigências futuras. Trarão novas cargas sobre as nossas redes rodoviárias - no momento em que as fragilidades de manutenção e gestão das estradas nacionais e municipais são cada vez mais evidentes.

A isto junta-se a questão dramática da habitação. A habitação não é apenas um pilar fundamental da política social - que é - mas é também uma condição de atração de investimento. Sem oferta habitacional, o investimento simplesmente não se concretiza, deslocando-se para outras regiões. O "efeito aeroporto" poderá gerar subida de preços do parque imobiliário,

pressão sobre solos rurais e especulação fundiária. Os municípios têm de antecipar mecanismos de controlo e regulação e políticas de habitação acessível, a pensar no presente, mas focadas também no futuro.

Nenhum município do Alentejo, isoladamente, tem escala suficiente para responder a este desafio. O sucesso depende da cooperação entre municípios, à escala intermunicipal, da nossa capacidade de estabelecer estratégias conjuntas e criar plataformas comuns de atração de investimento. Caso contrário, acabaremos a responder a reboque das consequências, duplicando infraestruturas, com perda de eficiência e menor poder negocial.

Se não nos prepararmos, os efeitos do futuro aeroporto poderão ser, não um benefício coletivo, mas um fator de estrangulamento económico e crescimento desordenado, gerador de conflitos ambientais e sociais. Se cada agente neste processo defender apenas o seu perímetro de ação, o resultado coletivo será pior para todos. É urgente, por isso, reforçar o papel dos municípios e das escalas intermédias - as comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as comunidades intermunicipais - enquanto mediadores, agregadores de interesses e plataformas técnicas, com capacidade técnica real, legitimidade política e instrumentos operacionais capazes de dirigir processos desta dimensão e ambição.

O desafio não está em planear melhor dentro de cada instituição, mas em criar condições para que o sistema institucional funcione como um todo. É este o desafio que todos temos pela frente na próxima década. O tempo é escasso. O trabalho começa agora.

O DESENHO INVISÍVEL DO MOVIMENTO

Por **CARLOS BAIONETA DE ALMEIDA**, ARQUITETO
PRESIDENTE DO CONSELHO DISCIPLINA REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**

Existe uma cidade escondida dentro da cidade que habitamos. Não a vemos nos postais, nem nos projectos de arquitectura premiados, nem nas promessas eleitorais impressas em papel brilhante. Vive nos passeios interrompidos a meio de nada, nas paragens de autocarro expostas à chuva e ao abandono, nas cicloviás que nascem sem destino e morrem sem aviso. É a cidade que o asfalto e o betão foram construindo enquanto ninguém prestava atenção — e é ela que, com uma eficácia silenciosa e implacável, decide todos os dias quem pode participar plenamente na vida urbana e quem fica de fora.

Esta é a cidade invisível da mobilidade. E compreendê-la — verdadeiramente compreendê-la — é o primeiro passo para transformar o modo como vivemos juntos.

A mobilidade raramente ocupa o lugar que merece nas grandes conversas sobre habitação. Fala-se de preços por metro quadrado, de taxas de juro, de licenciamentos e de especulação imobiliária. Fala-se

de tudo, menos do que talvez seja mais urgente: a distância, quando suportada por transportes eficientes, dignos e humanamente concebidos, deixa de ser um obstáculo. Torna-se apenas espaço. E quando a distância deixa de ser um problema, o mapa do que é possível — onde viver, trabalhar, sonhar — expande-se de forma radical.

Portugal tem território em abundância. Tem aldeias com casas devolutas à espera de alguém que as habite, vilas com serviços e sem habitantes, cidades médias com oferta habitacional acessível a preços que Lisboa e Porto há muito esqueceram. O que falta não é espaço. O que falta, cruelmente, é ligação. A crise habitacional não é apenas uma crise de oferta — é também, e profundamente, uma crise de mobilidade. E enquanto não encararmos esta verdade simples, quase revolucionária, continuaremos a construir soluções para metade do problema.

Há um tipo de arquitectura que nunca aparece nos museus, nunca recebe prémios, nunca é promovida



nas campanhas turísticas. Não tem autoria reconhecida, nem fachada digna de fotografia. É feita de passeios que terminam abruptamente num carro estacionado em cima do lancil, de pavimentos irregulares que transformam o simples acto de caminhar numa negociação constante com o perigo, de esplanadas dispostas sem critério e mercadorias empilhadas à porta de estabelecimentos. É o desenho urbano do quotidiano — e é ele que, mais do que qualquer política ou discurso, decide, em silêncio, como vivemos.

A esta dimensão física acresce a presença perturbadora de barreiras móveis: obstáculos dinâmicos que se reconfiguram continuamente no espaço público, alterando a sua legibilidade com uma imprevisibilidade desconcertante. Esta instabilidade afecta de modo particularmente cruel as pessoas cegas ou com baixa visão, para quem a consistência espacial não é uma preferência estética — é uma condição de autonomia, de confiança e, no fundo, de dignidade.

O que torna isto ainda mais perturbador é a

normalização. O lugar reservado a pessoas com mobilidade reduzida que é sistematicamente ocupado por outros tornou-se paisagem. O estacionamento institucional, pensado para o serviço público, transformado em privilégio particular. A passeadeira que ninguém respeita, porque o desenho urbano não a evidencia, tornou-se rotina. A excepção virou regra — e quando a excepção vira regra, a injustiça torna-se invisível. Cada obstáculo tolerado é uma declaração silenciosa de que o espaço público pertence a quem tem poder, não a quem tem necessidade.

A mobilidade sustentável não é apenas uma questão ambiental ou de saúde pública, por mais que esses argumentos sejam já por si suficientes. É, acima de tudo, uma questão de justiça. Um trabalhador que vive a quarenta quilómetros de Lisboa, mas tem um comboio frequente, fiável e a preço justo, vive efectivamente a quarenta minutos de Lisboa. Um trabalhador que depende do automóvel para o mesmo trajecto vive, na prática, num território economicamente hostil:



"Cada obstáculo tolerado é uma declaração silenciosa de que o espaço público pertence a quem tem poder, não a quem tem necessidade."

combustível, portagens, desgaste mecânico, horas perdidas, stress diário que corrói a qualidade de vida com a persistência silenciosa da erosão.

Portugal deu alguns passos na direcção certa — o Passe Navegante, o Andante, o Passe Ferroviário Verde, o Passe Jovem Gratuito. São instrumentos que reconhecem uma verdade elementar: o transporte público tem de ser acessível para ser genuinamente escolhido. Mas tarifas generosas sem rede suficiente são como bilhetes de comboio para linhas que não existem. A questão estrutural permanece intacta: as zonas rurais e periféricas continuam com oferta escassa — e é precisamente onde os preços da habitação seriam mais comportáveis que os transportes menos chegam. Uma ironia cruel que não nos podemos dar ao luxo de continuar a ignorar.

Évora: O Paradoxo de uma Cidade Patrimoniada

O Alentejo é vasto. As distâncias são de outra natureza. O que noutras regiões é um simples trajecto urbano, aqui é uma deslocação entre mundos. E Évora — cidade Património Mundial da Humanidade, capital de uma região que é simultaneamente uma das mais ricas em história e uma das mais desafiadas em coesão territorial — é um caso de estudo que nos obriga a pensar, com honestidade e sem condescendência.

A cidade enfrenta um paradoxo que é, no fundo, um paradoxo de identidade. A sua matriz histórica — aquela que lhe valeu o reconhecimento da UNESCO e nos enche de orgulho legítimo — é também a matriz que torna a intervenção mais difícil, mais delicada e mais urgente. As ruas estreitas do centro histórico privilegiam o peão. E bem. Mas o automóvel continua a dominar os comportamentos de mobilidade dos residentes, comprimindo o espaço público, substituindo a praça pelo parque de estacionamento, trocando a vida colectiva pela fila individual e silenciosa.

A ligação entre Évora e as suas aldeias permanece um dos maiores desafios à coesão do território alentejano. A escassez de transportes públicos condena os residentes das freguesias à dependência quase total do automóvel particular, perpetuando um ciclo de isolamento com custos humanos reais e invisíveis. Mas a resposta não pode ser a transposição acrítica de modelos pensados para Lisboa ou para o Porto. Évora não é uma metrópole — e o Alentejo não precisa de fingir que é. Precisa de soluções pensadas à sua medida, com a sua escala, com a sua alma. Precisamos de um sistema que funcione com baixos volumes de passageiros, mas que ofereça a confiança necessária para que o cidadão possa, um dia, prescindir do carro.

O Centro Histórico de Évora não é um museu ao ar livre. É o coração pulsante da cidade — onde convergem a administração pública, o comércio de rosto conhecido, a memória colectiva e o fluxo incessante de quem nos visita de todo o mundo. Mas esta vitalidade esbarra, todos os dias, numa contradição que urge resolver com coragem e inteligência: como se preserva o passado sem excluir o presente?

Os materiais tradicionais, as calçadas irregulares, os declives acidentados, a morfologia orgânica de uma cidade com séculos de história — não são apenas elementos estéticos. São obstáculos reais que comprometem o acesso de pessoas com mobilidade condicionada a equipamentos públicos, a monumentos de valor inestimável, ao direito simples e fundamental de circular. A autarquia tem procurado caminhos — o projecto "Évora – Turismo para Todos" e a estratégia ÉVORACOM são sinais de uma consciência que não queremos ver adormecer. Mas entre a intenção e a execução existe um abismo que só o diálogo interdisciplinar genuíno pode preencher.

Arquitectos, engenheiros de mobilidade, organismos

de tutela do património, comunidade local — todos têm de sentar à mesma mesa, antes das obras e não depois delas. O sucesso da acessibilidade em cidades históricas depende desta premissa simples e frequentemente violada: as decisões devem preceder as betoneiras, não as suceder. A verdadeira preservação do património não é a sua imobilização num âmbar dourado. É a sua capacidade de continuar a ser habitado, percorrido e sentido por todos — sem excepção, sem asterisco, sem condições.

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora propõe uma mudança de paradigma que merece ser lida com atenção e apoiada com determinação. Reconhece os desequilíbrios com clareza e avança com respostas concretas. A racionalização do estacionamento — tornar os lugares mais valorizados mais caros, reforçar a utilização dos parques já existentes, criar condições reais para a transferência modal — não é uma punição para o automobilista. É um convite. Um convite a escolher de forma diferente, quando as alternativas forem suficientemente boas para que a escolha seja genuína e não uma resignação.

Em vez de redes rígidas e financeiramente insustentáveis, a aposta recai em soluções inteligentes e flexíveis: transporte a pedido, modelos de partilha, parcerias intermunicipais que garantam continuidade territorial sem o peso de sistemas sobredimensionados. É uma visão que concilia racionalidade económica com responsabilidade social. Que recusa a falsa escolha entre progresso e identidade. Que compreende que uma cidade mais inclusiva pode, ao mesmo tempo, proteger o seu legado histórico e ganhar nova vida.

Não se trata de tirar o carro às pessoas — narrativa fácil que os opositores adoram distorcer. Trata-se de tornar as alternativas suficientemente boas para que a escolha seja verdadeiramente livre.

O espaço público educa comportamentos com uma paciência que nenhum professor consegue igualar. Um passeio largo, contínuo e sombreado convida a andar a pé; um passeio interrompido e colonizado por automóveis ensina a desistir, dia após dia, com uma persistência que vai moldando hábitos e resignações. Uma rua bem desenhada aproxima pessoas; uma rua mal desenhada entrega-as ao isolamento. Este desenho — que tantos ainda tratam como questão meramente estética ou infraestrutura técnica — é, na verdade, um sistema de valores materializado em calçada e asfalto. É uma forma profunda de regulação social: define quem usa o espaço, como o usa e com

que qualidade de experiência o atravessa.

O arquitecto, o urbanista, o engenheiro de mobilidade têm por isso um papel que transcende o técnico. São, em última análise, construtores de possibilidades. Mas esse papel torna-se secundário — ou pior, decorativo — quando as decisões políticas desvalorizam o conhecimento técnico e reduzem o urbanismo à mera gestão de tráfego e ao apaziguamento de grupos de pressão. O resultado são cidades fragmentadas, onde os espaços públicos falham consistentemente em servir quem neles vive e de quem dependem.

É tempo de devolver ao projecto — e a quem o projecta com seriedade e rigor — o lugar que lhe pertence: pensar a cidade como um espaço de civilização, e não apenas como um sistema de circulação.

Há uma tentação permanente nas políticas de mobilidade de querer resultados imediatos, visíveis, fotografáveis. Mas as cidades funcionam em tempos mais longos — em gerações, não em mandatos. Uma ciclovía precisa de utilizadores para ser aceite socialmente; mas os utilizadores só aparecem quando confiam que a ciclovía vai continuar a existir. Uma rede de transportes públicos precisa de densidade de oferta para ser escolhida; mas só é escolhida quando essa densidade já existe. São apostas que exigem antecipação, convicção e uma certa forma de fé — a fé de que construir bem vale sempre a pena, mesmo que os resultados demorem a aparecer. Exigem a coragem política de plantar árvores à sombra das quais outros se sentarão.

Évora tem dado passos. Nem todos igualmente conseguidos, e com um longo caminho ainda à frente — em acessibilidade, em transportes de proximidade, em conectividade com as aldeias do concelho. Mas a direcção importa tanto como a velocidade. E a mobilidade — bem planeada, pensada genuinamente para as pessoas e não apenas para os veículos, atenta às especificidades únicas de um território com a grandiosidade e a escala humana do Alentejo — pode ser um dos instrumentos mais poderosos para tornar esta região mais habitável, mais justa e, acima de tudo, mais viva.

Não como promessa vaga de futuro. Como escolha concreta e urgente do presente.

Porque, no fim, não se trata apenas de como nos movemos, mas de quem somos quando nos movemos juntos. Porque uma cidade que se move bem é, sempre, uma cidade que cuida melhor de quem nela vive.

O TEMPO [LONGO] DA ARQUITETURA E PLANEAMENTO. A RESILIÊNCIA DE UMA REGIÃO

Por **CLÁUDIA GASPAR**, ARQUITETA
PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**

[o tempo]

"Não sei o que é o tempo. Não sei qual a verdadeira medida que ele tem, se tem alguma. A do relógio sei que é falsa: divide o tempo espacialmente, por fora." (Bernardo Soares, Livro do Desassossego).

[o do planeamento]

Se por um lado, a arquitetura deveria aspirar a tempos de execução mais céleres – nas aprovações e pareceres de projetos –, por outro lado, o ordenamento do território exige um **tempo longo**, na sua estratégia, visão e planeamento.

As conclusões do Relatório do Ordenamento do Território 2024 (REOT 2024), da Direção-Geral do Território, cuja Discussão Pública terminou a 3 de janeiro de 2025, que monitoriza e avalia a execução do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT 2019), vertidas nos programas regionais, como o PROT Alentejo, orientados para o Horizonte 2030, revelam-nos que:

– Apesar dos indicadores – de que a gestão urbanística ainda tem conseguido cumprir o controlo dos perímetros e efetuado contratos de coesão territorial



para zonas não urbanas, através fundos comunitários para as Comunidades Intermunicipais (CIM) –, os desafios demográficos e de serviços sociais encontram-se abaixo do esperado;

– O Alentejo vive uma realidade de duas velocidades territoriais com contrastes profundos. Por um lado, o interior debate-se contra o isolamento e o declínio demográfico; por outro, as frentes litorais e industriais sofrem forte pressão turística e imobiliária, de crescimento rápido, com uma crise habitacional severa;

– No Alentejo cumpre-se a meta da transição energética, destacando-se como a região com maior instalação e expansão prevista de centrais solares fotovoltaicas de grande escala. No entanto, as conclusões também nos revelam que se estão a fragmentar ecossistemas e a competir diretamente com áreas de preservação ecológica e de agricultura tradicional,

como o montado;

– É urgente regular a conversão massiva dos solos para culturas superintensivas – como olival e amendoal. Culturas que geram grande pressão sobre as reservas de água subterrâneas e alteram a paisagem protegida.

O REOT 2024 é revelador dos **diferentes tempos** que coexistem no território alentejano. Esta situação, de ritmos distintos, conduz a tensões entre desenvolvimento e preservação e coloca em causa a eficácia dos instrumentos de ordenamento em garantir um equilíbrio duradouro, exigindo abordagens integradas que articulem planeamento territorial, políticas públicas e gestão dos recursos naturais numa perspetiva multiescalar.

[o do projeto]

A rapidez das transformações tecnológicas – artificiais ou não –, contrasta com a necessidade, cada vez maior, de dedicar a cada projeto o seu **tempo próprio** de maturidade.

Cada projeto encontra as suas respostas a um ritmo que nem sempre coincide com o que a sociedade, acelerada, impõe como expectável. Esta tensão não é nova, mas agudiza-se: os programas de desenho assistido por computador – CAD –, cada vez mais eficazes em prol de uma **rápida execução**, evoluíram para o desenho paramétrico facilitando todas as fases de projeto e obra, de modo interativo, e relacionando todas as especialidades. Apesar deste modelo já estar em curso desde a última década, ainda não foi adotado por grande parte dos projetistas, em particular na região do Alentejo, onde a maior parte dos gabinetes de arquitetura é de pequena dimensão, demonstrando, também aqui, dinâmicas a **diferentes tempos**.

[o da região]

Os territórios têm desenvolvido soluções — da regeneração de frentes ribeirinhas, à requalificação de antigas áreas industriais —, frequentemente impulsionadas pelo financiamento europeu disponível; elaboradas em **tempo rápido**, em detrimento de um planeamento efetivamente estratégico a **longo prazo**.

Sabemos que as grandes operações urbanísticas surgem, com frequência, em resposta a situações de catástrofe ou carência elevada, como foi o caso da reconstrução pombalina de Lisboa após o terramoto

de 1755, da modernização sanitária e urbana do século XIX, da urbanização acelerada do pós-25 de Abril (consequência do êxodo rural) e, mais recentemente, da requalificação urbana associada à Expo'98 e do programa POLIS, com a regeneração de frentes ribeirinhas, espaços públicos e antigas áreas industriais ou degradadas em várias cidades portuguesas.

Não estaremos hoje, a nível nacional e internacional, perante uma situação de carência semelhante — desta vez habitacional —, colocando em causa o cumprimento do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa — o direito à habitação — e o desenvolvimento sustentável das nossas vilas, cidades e regiões?

Se olharmos para o Alentejo, em particular, este tem sido um **território resiliente**, tanto do ponto de vista ecológico como cultural. Assenta num sistema produtivo diverso que combina montado, agricultura, floresta, pastorícia, olival e vinha, reduzindo a dependência de um único setor, mantendo solo, biodiversidade e capacidade produtiva mesmo em condições extremas de seca, calor, cheias ou risco de incêndio. Já a sua resiliência cultural, está inscrita na escassez: o cante que nasce de vozes de trabalhadores no campo; a gastronomia de base simples com o pouco que havia disponível — pão, azeite e ervas de tempero —; a arquitetura vernácula, construída com os materiais locais e técnicas passadas entre gerações, de mestre para mestre — como a construção em taipa ou adobe; e, mais recentemente, as atividades associadas ao turismo, que reduzem a dependência de um único setor, permitindo aumentar, novamente, a capacidade produtiva desta região.

[o do turismo e da habitação]

O turismo chegou ao Alentejo **num tempo rápido**. Em pouco mais de uma década, o território tornou-se destino de eleição: as herdades converteram-se em resorts, as aldeias descobriram o agroturismo, o slow travel e a procura por autenticidade. Um **tempo sazonal**, de fins de semana e épocas altas, que transformou a economia local mas que, ao mesmo tempo, exerce uma pressão crescente sobre os recursos, a paisagem e, sobretudo, sobre quem aqui vive.

O tempo da habitação é outro. É o **tempo de uma casa** que envelhece com os seus habitantes, de uma vila que retém ou perde a sua população, de uma geração que decide — ou não — ficar. E esse tempo não se compra num fim de semana, nem se planeia em candidaturas anuais a fundos europeus. Requer uma





“O tempo da habitação é outro. É o tempo de uma casa que envelhece com os seus habitantes, de uma vila que retém ou perde a sua população, de uma geração que decide — ou não — ficar.”

visão longa, instrumentos de planeamento robustos e a coragem política de investir em infraestruturas, equipamentos e espaço público que sirvam quem aqui vive — e não apenas quem passa.

No Alentejo, como em tantos territórios de baixa densidade, estas duas temporalidades coexistem com tensão crescente: enquanto o turismo atrai investimento e visibilidade, a habitação acessível escasseia. As cheias que afetaram Alcácer do Sal em fevereiro de 2026, lembraram-nos que a vulnerabilidade do território não se resolve apenas com financiamento de emergência — exige planeamento preventivo, que considere, de modo estruturante, a geografia de cada território (respeitando cada linha de água ou festo, cada área populacional, cada esfera cultural) e, sempre, **a um tempo longo**.

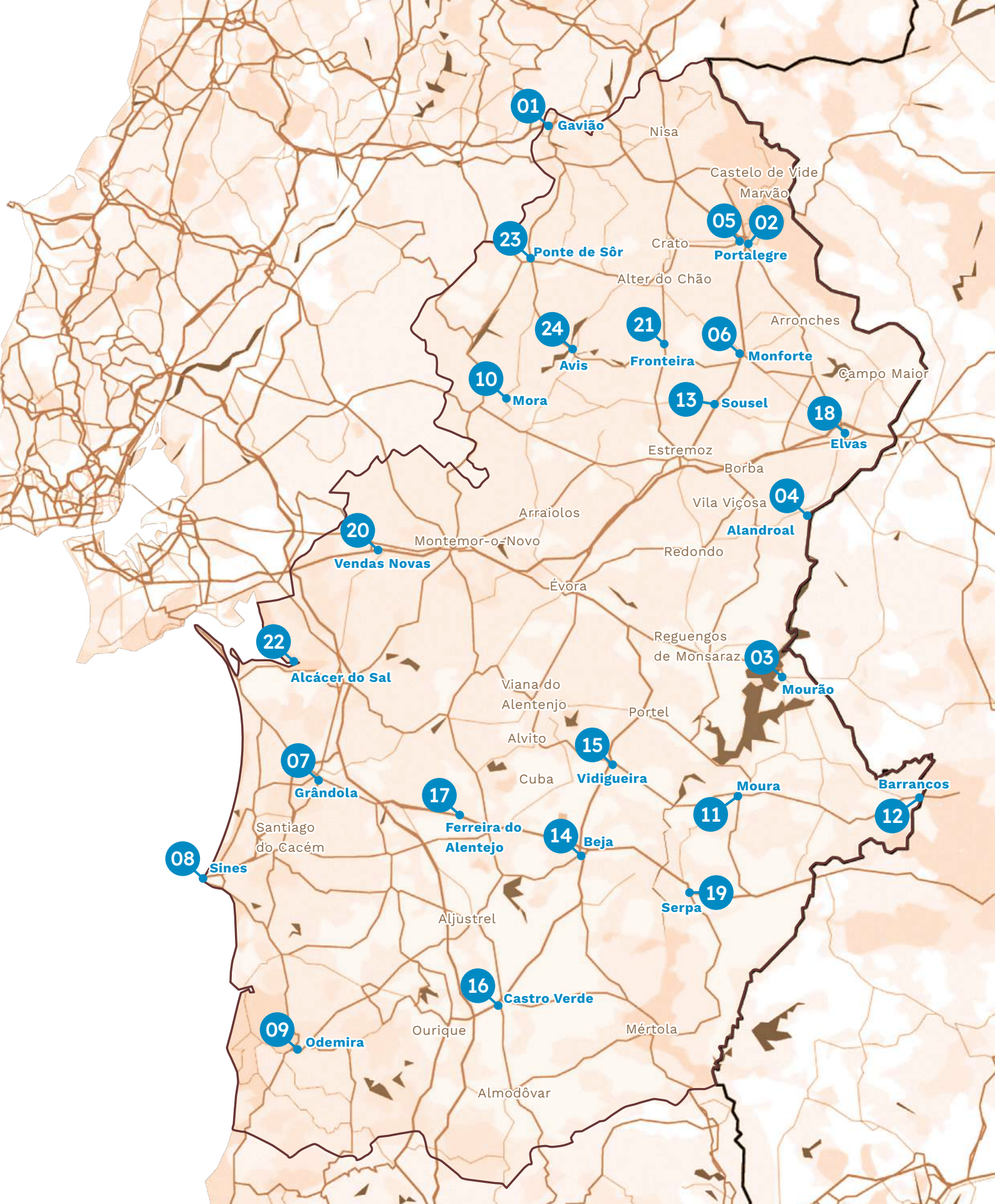
[o da conclusão]

Se o tempo também serve para medir o espaço, atuemos de modo a que os novos tempos nos tragam espaços de qualidade, cidades e territórios mais acessíveis.

Começemos, primeiro, por respeitar o(s) tempo(s). Ou então, entreguemo-nos à poesia:

*“Tenho a pedir-vos que não reutilizeis mais nada.
Este edifício junto à praia, deixai-o
entregue à ruína, às folhas do milho, ao ar salgado.
(...)
Não inventeis mais nada,
nem formas eloquentes de evitar que o bronze oxide.
Aceitai o suor do tempo.”
(Andreia C. Faria, excerto de “Aceitai o suor do tempo”)*





UM ROTEIRO PELO TEMPO

1. Pousada do Alamal, Gavião
2. Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, Portalegre
3. Estação Biológica do Garducho, Mourão
4. Fortaleza de Juromenha, Consolidação e Restauro, Alandroal
5. Armazém A - Fábrica Robinson, Portalegre
6. Torre de Palma Wine Hotel, Monforte
7. Casa na Costa Alentejana, Grândola
8. Centro de Artes, Sines
9. XXS House, Monte Novo da Cruz, Odemira
10. Centro Cultural de Cabeção, Mora
11. Casa Mortuária da Póvoa de S. Miguel, Moura
12. Casa Mortuária de Barrancos, Barrancos
13. Biblioteca Municipal Dr. António Garção, Sousel
14. Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Beja
15. Quinta de Santa Clara, Vidigueira
16. Museu da Ruralidade, Castro Verde
17. Lagar do Marmelo, Ferreira do Alentejo
18. Reabilitação do Forte da Graça, Elvas
19. Casa Ficalho, Serpa
20. Capela de S. Gabriel (Bairro Marconi), Vendas Novas
21. Centro Interpretativo da Batalha dos Atoleiros, Fronteira
22. Residências em Alcácer do Sal, Centro Geriátrico, Alcácer do Sal
23. Lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia, Ponte de Sor
24. Caixa Geral de Depósitos, Avis

Consultado a: 16/05/2026
Fonte: habitartportugal.org



01 POUSADA DO ALAMAL

Ano: 2001

Uso: Turismo / Hotelaria

Autor: VMSA Arquitectos

Localização: Alamal, Gavião,
Portalegre

Georreferênciação:
39.487879, -7.967870

Consultado a: 16/05/2026
Fonte: archdaily.com.br



02 ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE PORTALEGRE

Ano: 2011

Uso: Equipamento de Ensino

Autor: Eduardo Souto de Moura +
Graça Correia

Localização: Portalegre

Georreferênciação:
39.28922, -7.42569

Consultado a: 16/05/2026
Fonte: archdaily.com.br



03 ESTAÇÃO BIOLÓGICA DO GARDUCHO

Ano: 2010

Uso: Equipamento Científico /
Investigação

Autor: Ventura Trindade Arquitectos

Localização: Garducho, Mourão, Évora

Georreferênciação:
38.22812, -7.15700

Consultado a: 16/05/2026
Fonte: hci.pt



04 FORTALEZA DE JUROMENHA – CONSOLIDAÇÃO E RESTAURO

Ano: 2025

Uso: Restauro / Património Militar

Autor: Pedro Pacheco, José Aguiar

Localização: Juromenha, Alandroal,
Évora

Georreferênciação:
38.738276, -7.239667

Consultado a: 16/05/2026
Fonte: archdaily.com.br



05 ARMAZÉM A - FÁBRICA ROBINSON

Ano: 2011

Uso: Equipamento Cultural /
Auditório

Autor: Eduardo Souto de Moura +
Graça Correia

Localização: Portalegre

Georreferênciação:
39.289634, -7.425721

Consultado a: 16/05/2026
Fonte: archdaily.com.br



06 TORRE DE PALMA WINE HOTEL

Ano: 2014

Uso: Turismo / Hotelaria
(Reabilitação)

Autor: João Mendes Ribeiro

Localização: Herdade de Torre de
Palma, Monforte, Portalegre

Georreferênciação:
39.068640, -7.488590



07
CASA NA COSTA ALENTEJANA

Ano: 2015

Uso: Habitação Unifamiliar

Autor: Aires Mateus

Localização: Muda, Grândola, Setúbal

Georreferênciação:
38.25586, -8.69855



08
CENTRO DE ARTES DE SINES

Ano: 2009

Uso: Equipamento Cultural

Autor: Aires Mateus

Localização: Sines, Setúbal

Georreferênciação:
37.95662, -8.86793



09
XXS HOUSE

Ano: 2014

Uso: Habitação Unifamiliar

Autor: I|DA Arquitectos

Localização: Monte Novo da Cruz,
Odemira, Beja

Georreferênciação:
37.49378, -8.68700



10
CENTRO CULTURAL DE CABEÇÃO

Ano: 2018

Uso: Equipamento Cultural

Autor: Vítor da Silva Mendes

Localização: Cabeção, Mora, Évora

Georreferênciação:
38.95241, -8.07344



11
CASA MORTUÁRIA DA PÓVOA DE S. MIGUEL

Ano: 2026

Uso: Equipamento Funerário

Autor: Pedro Ângelo

Localização: Póvoa de S. Miguel,
Moura, Beja

Georreferênciação:
38.22839, -7.32837



12
CASA MORTUÁRIA DE BARRANCOS

Ano: 2024

Uso: Equipamento Funerário

Autor: Mesa Atelier

Localização: Barrancos, Beja

Georreferênciação:
38.12869, -6.97285



13 BIBLIOTECA MUNICIPAL DR. ANTÓNIO GARÇÃO

Ano: 1992

Uso: Equipamento Cultural /
Biblioteca

Autor: Alfredo Mata Antunes

Localização: Sousel, Portalegre

Georreferênciação:
38.94984, -7.67506



14 ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

Ano: 2013

Uso: Equipamento Cultural /
Biblioteca

Autor: M.AR Montenegro Arquitectos

Localização: Beja

Georreferênciação:
38.01612, -7.87540



15 QUINTA DE SANTA CLARA

Ano: 1972

Uso: Turismo Rural / Habitação

Autor: Alfredo Mata Antunes

Localização: Vidigueira, Beja

Georreferênciação:
38.22110, -7.80111



16 MUSEU DA RURALIDADE

Ano: 2009

Uso: Equipamento Cultural / Museu

Autor: João Cassiano Santos

Localização: Entradas, Castro Verde,
Beja

Georreferênciação:
37.77761, -8.01227



17 LAGAR DO MARMELO

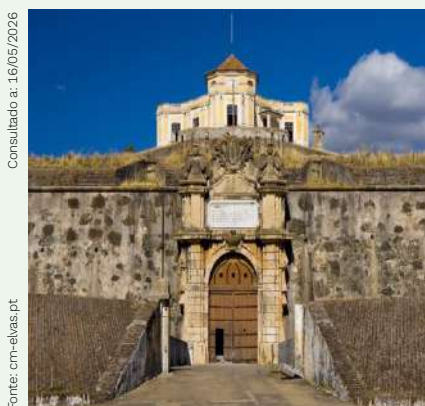
Ano: 2010

Uso: Equipamento Agroindustrial /
Reconversão de Lagar

Autor: Ricardo Bak Gordon

Localização: Ferreira do Alentejo,
Beja

Georreferênciação:
38.08821, -8.17461



18 FORTE DA GRAÇA

Ano: 2015

Uso: Restauro / Património Militar

Autor: Arqº Carlos Trindade

Localização: Elvas, Portalegre

Georreferênciação:
38.89464, -7.16433

Consultado a: 16/05/2026

Fonte: arteetecnica.com



Consultado a: 16/05/2026

Fonte: commons.wikimedia.org



Consultado a: 16/05/2026

Fonte: archdaily.com.br



19

CASA FICALHO

Ano: 2010

Uso: Habitação Unifamiliar

Autor: João Cassiano Santos

Localização: Vila Verde de Ficalho, Serpa, Beja

Georreferênciação:
37.91396, -7.28189

20

CAPELA DE S. GABRIEL (BAIRRO MARCONI)

Ano: 1951

Uso: Equipamento Religioso / Capela

Autor: Jorge Segurado

Localização: Bairro Marconi, Vendas Novas, Évora

Georreferênciação:
38.66034, -8.40913

21

CENTRO INTERPRETATIVO DA BATALHA DOS ATOLEIROS

Ano: 2012

Uso: Equipamento Cultural / Centro Interpretativo

Autor: Gonçalo Byrne + Oficina Ideias em Linha

Localização: Fronteira, Portalegre

Georreferênciação:
39.05228, -7.64452

Consultado a: 16/05/2026

Fonte: archdaily.com.br



Consultado a: 16/05/2026

Fonte: archdaily.com.br



Consultado a: 16/05/2026

Fonte: arquitecturaaqui.eu



22

RESIDÊNCIAS EM ALCÁCER DO SAL – CENTRO GERIÁTRICO

Ano: 2010

Uso: Equipamento de Saúde / Habitação Assistida

Autor: Aires Mateus

Localização: Alcácer do Sal, Setúbal

Georreferênciação:
38.37111, -8.50017

23

LAR DE IDOSOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Ano: 2018

Uso: Equipamento de Saúde / Lar de Idosos

Autor: Nuno Piedade Alexandre

Localização: Ponte de Sor, Portalegre

Georreferênciação:
39.25064, -8.00641

24

EDIFÍCIO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Ano: 1991

Uso: Equipamento de Serviços / Banca

Autor: Raul Hestenes Ferreira

Localização: Avis, Portalegre

Georreferênciação:
39.05442, -7.89026

ARQUITETURA PARA TODOS

Por **DAVID LOPES**
FUNCIONÁRIO DA SECÇÃO REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**



"A OASRALT levou estas exposições aos locais mais interiores da região, onde raramente chega uma iniciativa cultural deste género. Para ser visitada por cidadãos que também têm direito à arquitetura."



O meu nome é David Lopes e trabalho na Secção Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos (OASRALT) desde 2022. Sou assessor do Conselho Directivo Regional, essencialmente nas áreas da cultura, encomenda (concursos e premiação) e comunicação. Mas, por se tratar de uma secção relativamente pequena, acabo por ter a oportunidade de dar o meu contributo em várias frentes e diversificar um pouco o trabalho.

Tenho formação na área da engenharia informática e da revisão de texto, e foi o acaso que me trouxe à Ordem dos Arquitectos (OA). Nestes 4 anos, aprendi muito sobre a importância dos arquitetos na sociedade, e sobre o papel da OA na salvaguarda da arquitetura e de quem a pratica. Destaco três áreas de atuação que me têm marcado:

No âmbito cultural, em resultado de duas edições do Prémio Arquitetura no Alentejo e de um open call, a OASRALT deu à luz três exposições de arquitetura. Ao longo destes 4 anos, pude assistir ao esforço do Conselho Directivo Regional no sentido de levar estas exposições a vários pontos do Alentejo. A OASRALT levou

estas exposições aos locais mais interiores da região, onde raramente chega uma iniciativa cultural deste género. Para ser visitada por cidadãos que também têm direito à arquitetura. É com orgulho que contribuo para este objetivo.

No âmbito da encomenda, pude dar-me conta da importância que os prémios têm para a dinamização e valorização do trabalho dos arquitetos que operam no Alentejo. Assim como da importância que tem a assessoria prestada pela OASRALT aos concursos públicos – na seleção de trabalhos com base na qualidade arquitetónica (não somente no custo) e negociando honorários justos.

A comunicação representa um interessante e contínuo desafio. Procuramos fazer chegar a mensagem aos arquitetos, da forma mais direta e intuitiva, nos termos que estes valorizam. Queremos apelar à participação nas iniciativas da OASRALT. Mas, ao mesmo tempo, nunca sobrecarregar os membros com informação.

Estes são alguns dos desafios que me motivam e me fazem ter orgulho de trabalhar nesta casa.

TEMPO NA ARQUITETURA: A ALTERAÇÃO DE USO ENQUANTO NOVO HABITAR

Por **ELSA BARRELAS**, ARQUITETA
VOGAL DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**



"em vez de construirmos do zero, recuperamos a história e damos nova vida a uma pré-existência."

A arquitetura sempre foi testemunho material do tempo, resultante da combinação entre técnica, intenção e capacidade de transformação. Pensada e executada para perdurar como um legado, é reconhecida pela sua afirmação enquanto desenho, pela intencionalidade de luz/sombra e texturas de materiais, pelo diálogo com a envolvente, pela linguagem própria, pelo sentido do lugar, e pelo seu tempo.

Mas será a arquitetura algo estático? Ou será o tempo capaz de transformar os desafios globais que a arquitetura e as cidades enfrentam em oportunidades de repensar novas formas de habitar?

A cidade atual é marcada por um dinamismo complexo, que tenta equilibrar o crescimento populacional acelerado e a necessária sustentabilidade.

Assim, a expansão que anteriormente se fazia apenas "para fora" dá lugar a uma transformação interna dos tecidos urbanos.

É premente olhar para os edifícios, sendo mais importante que nunca o papel do arquiteto. É necessário ler o edifício existente, analisar as suas potencialidades e verificar a sua adequabilidade às necessidades programáticas atuais, mediante o uso pretendido.

Neste cenário, a alteração de uso dos edifícios surge, não só como uma resposta às novas necessidades de habitar, como também enquanto estratégia eficaz para combater a degradação urbana. Mais do que evitar o abandono de imóveis em mau estado, esta prática promove a sustentabilidade real

na arquitetura moderna: em vez de construirmos do zero, recuperamos a história e damos nova vida a uma pré-existência.

A reconversão funcional traduz-se em vantagens tangíveis. Além de gerar novas oportunidades habitacionais e culturais, representa uma mais-valia ambiental através da redução do carbono incorporado e da minimização de resíduos de construção. Socialmente, combate a desertificação urbana e preserva a memória coletiva; economicamente, oferece uma agilidade processual e um retorno financeiro muito mais imediatos do que a nova construção.

Se ao falar em reconversão do edificado, muitas vezes se associam a reabilitação de palácios e conventos para utilização enquanto equipamento turístico e/ou hoteleiro, certo é que muitos exemplos existem, nas nossas cidades, de edifícios que, face à intervenção de arquitetos, perduraram no tempo e se afirmaram novamente como edificado atual, com fruição e contexto urbano. Évora é um dos exemplos do modo como o arquiteto pode, em conjunto com o tempo, desenhar novo habitar.

O projeto de conservação e reutilização da Igreja do Salvador, Torre e suas dependências — que hoje acolhem a sede da Secção Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos — demonstra como um espaço sagrado se adapta a espaço cultural e institucional. Da mesma forma, a transformação da antiga fábrica de massas alimentícias num polo de artes da Universidade de Évora, e a reabilitação do Palácio D. Manuel como espaço expositivo, provam que a identidade industrial e nobre pode servir as necessidades académicas e culturais contemporâneas.

Reabilitar não é apenas um gesto ecológico; é um enriquecimento da experiência humana. Habitar um espaço que já teve outra vida permite-nos sentir continuidade histórica através de uma reinterpretação contemporânea. Aceitar que um edifício pode — e deve — mudar de uso é reconhecer que a arquitetura é dinâmica. A sua beleza reside na capacidade de envelhecer e transformar-se, permanecendo adequado à passagem dos tempos.

Em suma, o habitar contemporâneo não reside na perfeição estéril do novo, mas na funcionalidade encontrada na sobreposição de tempos. A arquitetura não se pretende imutável, pretende-se evolutiva, servindo de palco a novas formas de habitar no tempo.



A GENEROSIDADE DO ARQUITETO

Por **JOÃO OCHÔA PIRES**, ARQUITETO
VOGAL DO CONSELHO DE DISCIPLINA REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**



"Os arquitetos devem seguir a mesma máxima que Robin Hood: cobrar aos que podem e ajudar os que mais precisam."

Em finais dos anos 80 tive a oportunidade, e o prazer, de ouvir numa formação o Arquiteto Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes, mais conhecido por Pancho Guedes. Quem o conheceu partilhará comigo o enorme apreço e estima pelo Pancho, pelo seu trabalho, sabedoria, humanidade e dedicação à Arquitectura, à Arte e aos outros. Naquela ocasião mostrou-nos alguns projetos e partilhou experiências que viveu em diferentes tempos, espaços e "mundos". Uma delas foi o projeto e obra do "Abrigo dos Pequeninos" projeto de escola/infantário que fez para uma congregação de religiosas na antiga cidade de Lourenço Marques, em Moçambique. Revivi, à medida que falava, momentos especiais da minha infância. Disse-lhe que tinha frequentado aquele infantário. Riu-se comentando que então eu deveria estar numa fotografia coletiva tirada com ele porque, naquela altura, era conhecido como o "Paí dos Pequeninos". Soube que o Pancho tinha feito aquele projeto pro bono. Perguntei porquê (o

projeto e acompanhamento teriam ocupado algum tempo e os arquitetos não seriam dos profissionais mais bem pagos). Respondeu, simplesmente, que os arquitetos devem seguir a mesma máxima que Robin Hood: *"cobrar aos que podem e ajudar os que mais precisam"*.

Durante o meu percurso profissional pude testemunhar a generosidade dos arquitetos. Conheci ou trabalhei com colegas que destinavam parte do seu tempo e saber na ajuda de pessoas e instituições com poucos recursos. Faziam-no com o mesmo zelo com que lidavam com os restantes projetos. Numa experiência mais recente usufruí da disponibilidade do arquiteto Siza Vieira – daqui presto o meu público agradecimento – em ajudar-me a redesenhar um caixilho da casa onde vivo, de um bairro de que é autor, dando mais um testemunho de serviço aos outros e lembrando o papel do arquiteto no estabelecer de um diálogo criativo com o objeto e o contexto face aos desafios que lhe são colocados.

Estranhei, por isso, as primeiras declarações do presidente da Câmara Municipal de Leiria, na sequência da tragédia da tempestade “Kristin”, sobre o (pouco) apoio que terá recebido dos membros das Ordens dos Arquitetos e dos Engenheiros, e que se resumiria a cerca de 20 profissionais. Questionei-me: Teriam os arquitetos abandonado a sua “função social”? De prestar o seu contributo/aporte técnico no processo de integração, apoio e envolvimento dos que, conjunturalmente, se viram sem recursos? Estaria apagada da memória o exemplo da geração dos mais velhos, dos construtores do SAAL, dos que corporizaram os princípios e valores éticos plasmados em aulas, livros de cabeceira ou manifestos e que foram essenciais na formação e responsabilização dos arquitetos perante a comunidade, um desígnio ético transformador que é próprio da disciplina, como lembrava o arquiteto (e Professor) Octávio Lixa Filgueiras na sua dissertação *“Da Função Social do Arquiteto: Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada”*?

Procurei saber a razão deste aparente afastamento dos arquitetos perante esta adversidade. No meio de tanta notícia produzida na altura, li o alerta/parecer da Ordem dos Arquitetos (OA), de 14 de fevereiro, sobre a “Proposta de Lei n.º 59/XVI/1.ª (Tempestade “Kristin”)” que propunha o agravamento em 25% das molduras mínima e máxima das coimas aplicáveis às infrações praticadas no âmbito das intervenções de reconstrução e reabilitação nos concelhos abrangidos pelo estado de emergência. Considerava a OA que esta proposta de lei *“alarga prazos de prescrição e reforça o sinal de endurecimento punitivo num contexto de urgência e pressão operacional, sem garantir, em paralelo, mecanismos suficientes de clarificação procedimental e segurança jurídica nos concelhos abrangidos pela declaração de calamidade”* (do comunicado da AO). A Ordem mencionava ainda que *“o efeito desmobilizador pode ser particularmente gravoso nas áreas em que a intervenção técnica é mais exigente — como património classificado, centros históricos, infraestruturas e equipamentos essenciais — onde a complexidade normativa e a multiplicidade de entidades competentes já tornam a atuação mais onerosa.”*

O alerta do presidente do Conselho Diretivo da AO, Avelino Oliveira, era também ele esclarecedor: *“É como mandar um médico para um cenário de guerra — onde o objetivo é salvar vidas — e, além*

disso, agravar-lhe a responsabilidade por cada decisão tomada sob pressão, sem meios e sem tempo. Com este desenho sancionatório, arriscamos medo, retração e menos disponibilidade dos arquitetos para intervir quando o País mais precisa.”

O projeto de lei, tal como se apresentava, não foi para a frente, tendo sido substituído pelo Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro que abandonou aquela sanção. Esteve bem a Ordem em ter alertado para o paradoxo da proposta de lei e agiu atempadamente na defesa dos seus membros e da coisa pública.

Os arquitetos (e os engenheiros) continuaram a dar o seu apoio à população dos distritos afetados. De acordo também com as notícias de fevereiro, mais de 400 profissionais das Secções Regionais do Centro, da Ordem dos Arquitetos e da Ordem dos Engenheiros voluntariaram-se na reconstrução da região centro e no apoio técnico à população, o que restabelece a credibilidade (para quem ainda pudesse ter dúvidas) dos nossos profissionais e o seu compromisso com a arquitetura e a comunidade.

Este episódio não retira, no entanto, uma realidade que não estava tão presente no passado. A maior responsabilização – penal e estatutária – dos arquitetos no exercício da profissão, mesmo num contexto de emergência, o que nos levaria à discussão (mas não aqui e agora) sobre o (des)conhecimento das normas, estatutos e regulamentos da disciplina e as suas implicações no exercício da profissão, mas também a excessiva produção de legislação e a falta de articulação e comunicação (sem preconceitos) entre os diferentes interessados no processo de (re)construção, de reabilitação, de ordenamento e valorização das nossas cidades e territórios.

São muitos (e novos) os desafios e há muito trabalho a fazer. Aparentemente escassos, os recursos são vastos, mas, muitas vezes, mal geridos. O arquiteto é o elemento essencial na ligação entre os vários actores (administração pública, instituições, população, cliente). Com o seu saber e competência, tem um papel ativo na organização social e territorial ao “esculpir” o ambiente construído, equilibrando estética, funcionalidade e sustentabilidade de forma a melhorar a qualidade de vida do cidadão. Cabe-nos aceitar e interiorizar este “dever” e contribuir, individual e coletivamente, para este fim.

Façamos o nosso melhor e...lembremo-nos do Pancho e da sua mensagem.



A MEMÓRIA DA ARQUITETURA: ENTRE O SUPORTE FÍSICO E O MEIO DIGITAL

Por **ISABEL IMAGINÁRIO**, ARQUITETA
SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**



"A questão deixa de ser apenas o que preservar, mas como preservar de forma crítica e estruturada, num cenário marcado pela produção massiva e contínua de informação."

A memória da arquitetura não se circunscreve ao objeto construído. Enquanto arquitetos, valorizamos o processo criativo, tanto pelo fascínio que sentimos pelos elementos produzidos ao longo do seu desenvolvimento, como pela relevância que assumem na compreensão do resultado final. Frequentemente, o esboço inicial de uma ideia e a persistência em transformá-lo numa proposta capaz de responder a um programa sem perder a sua essência revela-se a parte mais estimulante de todo o processo.

O registo da arquitetura manifesta-se não só no desenvolvimento do projeto, mas também em outros momentos e com propósitos distintos: na necessidade de comunicar a ideia, na formalização do projeto, no esboço feito durante a obra... A era digital disponibiliza uma multiplicidade de instrumentos que respondem a

estas necessidades. Contudo, perante a transformação — já em curso — dos modos de projetar, importa questionar o que será preservado do ato de conceber arquitetura. Serão os cadernos de desenho substituídos por dispositivos digitais? Poderão os edifícios ser integralmente projetados através de modelação tridimensional, culminando em ficheiros que não revelam o desenvolvimento do projeto? E, nos vastos repositórios de informação armazenada em ambientes digitais, correr-se-á o risco de se diluir o processo criativo que lhes deu origem?

A resposta a estas questões poderá contemplar múltiplas perspetivas. Por um lado, o desenvolvimento de projetos em ambiente digital e a digitalização dos elementos produzidos sobre um suporte físico possibilitam a sua conservação por longos períodos,

desde que exista uma intenção clara de preservar esses registos. Paralelamente, os meios digitais ampliam as possibilidades do ato criativo, permitindo simular, com relativa rapidez, soluções mais abstratas e complexas, bem como a sua integração no lugar. A exploração da dimensão virtual do projeto constitui, neste sentido, uma evolução natural da prática arquitetónica.

Por outro lado, importa reconhecer o risco de um progressivo afastamento do arquiteto do gesto físico de projetar e da dimensão material do objeto. A utilização excessiva de ferramentas digitais pode fragilizar a relação entre o edifício e o lugar, afastando-o do *genius loci*. Tal poderá conduzir à produção de soluções mais genéricas e universalizadas, condicionadas pelas limitações dos softwares e pelas bibliotecas digitais disponíveis. A imagem altamente controlada que se constrói no ecrã tende a adquirir uma dimensão irrealista, que nem sempre corresponde a uma resposta adequada ao contexto específico.

Importa recordar que o escasso acesso a publicações internacionais de arquitetura marcou profundamente os primeiros projetos de Álvaro Siza Vieira. Enquanto estudante, analisou de forma exaustiva os poucos exemplares da *Architecture d'Aujourd'hui* que tinha, com particular incidência sobre a edição dedicada a Aino e Alvar Aalto. Esta circunstância contribuiu para que Siza tivesse uma abordagem projetual singular e inovadora na época. Em contraste, o atual acesso facilitado a uma quantidade praticamente ilimitada de informação pode produzir o efeito inverso, dificultando o aprofundamento do conhecimento e comprometendo a capacidade de interiorizar, analisar criticamente e evoluir a partir de projetos e arquitetos de referência.

Nesta dualidade, entre os meios tradicionais de projetar (como o desenho e a maquete, que densificam o projeto) e os meios digitais (que privilegiam as simulações e o ambiente virtual), será necessário refletir até que ponto os meios digitais conseguem incorporar as dimensões mais subjetivas e intuitivas do projeto, ou se, pelo contrário, tendem a privilegiar a representação do objeto final em detrimento da narrativa que o sustenta. A questão deixa de ser apenas o que preservar, mas como preservar de forma crítica e estruturada, num cenário marcado pela produção massiva e contínua de informação. A curadoria dos registos em formato digital poderá efetivamente assumir um papel determinante na construção da memória da arquitetura, através da seleção e organização de conteúdos relevantes que serão preservados ao longo do tempo.



REABILITAÇÃO COMO EXERCÍCIO DE ESCUTA

Por **ANA BATISTA**, ARQUITETA
SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Vivemos num tempo que parece faltar-nos.

Corremos entre lugares, projetos e decisões, como se tudo tivesse de acontecer depressa.

Mas a arquitetura pertence ao domínio das coisas lentas.

Um edifício nasce para durar décadas, por vezes séculos. Mesmo quando muda de função, permanece como presença física e cultural no território. Talvez por isso a arquitetura tenha sempre mantido uma relação particular com o tempo.

Tal como na música, onde o silêncio e a pausa são tão importantes quanto as notas, também na arquitetura o tempo estrutura a experiência do espaço. Não apenas o tempo da construção, mas o tempo da transformação, da memória e da adaptação.

Se o espaço é o campo onde a arquitetura se manifesta, o tempo é aquilo que lhe dá espessura e significado.

Nenhum edifício nasce neutro perante o tempo. Desde o instante da sua construção inicia-se um processo contínuo de transformação, interpretação e reinterpretação. A arquitetura não é, portanto, um exercício fixo, mas uma realidade em permanente negociação entre o passado que a produziu, o presente que a habita e o futuro que, inevitavelmente, a reinterpretará.

Pensar a arquitetura sem considerar o tempo seria reduzi-la a um gesto estático, quando, na verdade, ela é uma narrativa em curso.

É neste contexto que a reabilitação assume hoje um papel particularmente relevante. Reabilitar não significa apenas conservar ou reparar; significa interpretar. Trata-se de compreender o tempo inscrito na matéria construída e, a partir dessa leitura, projetar uma nova camada de

significado.

Reabilitar é, em última instância, um exercício de mediação entre tempos diferentes.

Cada edifício pode ser entendido como um manuscrito. Tal como um manuscrito antigo que foi sucessivamente reescrito, também a arquitetura acumula vestígios de diferentes épocas: camadas de uso, transformações, adaptações. O tempo deixa marcas nas paredes, nos sistemas construtivos, nas proporções espaciais e até na forma como os lugares são vivenciados.

A História da Arquitetura ensina-nos que nenhuma obra permanece exatamente como foi concebida. Mesmo as mais rigorosamente preservadas são, incontornavelmente, reinterpretadas pelos modos de vida contemporâneos. A mudança não é uma ameaça à arquitetura; é a sua condição natural.

A leitura dessas camadas temporais exige sensibilidade crítica. A reabilitação não deve procurar congelar um edifício num momento idealizado do passado, nem impor-lhe uma transformação que ignore a sua memória. Entre a musealização e a rutura total existe um território mais fértil: o da interpretação.

Interpretar o tempo significa reconhecer que cada época acrescenta uma nova camada à arquitetura. O projeto torna-se assim um gesto consciente de inscrição temporal.

Reabilitar implica, antes de tudo, escutar!

Escutar o edifício, a sua lógica construtiva, a sua materialidade, a sua relação com o lugar. Cada estrutura contém uma inteligência própria, resultado das condições técnicas, culturais e sociais do momento em que foi construída.



"Se o espaço é o campo onde a arquitetura se manifesta, o tempo é aquilo que lhe dá espessura e significado."

Quando o arquiteto intervém num edifício existente, não trabalha apenas com paredes e volumes; trabalha com uma herança. Essa herança não deve ser encarada como um obstáculo ao projeto, mas como um campo de diálogo.

O tempo acumulado num edifício oferece pistas para a sua transformação futura. As irregularidades, as marcas de uso e as alterações ao longo dos anos revelam a capacidade de adaptação da arquitetura. Reabilitar significa reconhecer essas pistas e integrá-las numa nova narrativa espacial.

Neste sentido, a reabilitação não é um gesto nostálgico. É um ato profundamente contemporâneo. Exige compreender o passado, mas também projetar um futuro possível e harmonioso.

Convocar o tempo no projeto arquitetónico é também uma questão ética.

Cada intervenção sobre um edifício existente implica uma responsabilidade perante a memória coletiva e perante as gerações futuras. A arquitetura construída ao longo da história constitui um património cultural e material que não pertence apenas ao presente.

Destruir indiscriminadamente ou transformar sem critério significa interromper uma continuidade que ultrapassa o nosso próprio tempo.

A reabilitação oferece uma alternativa a essa lógica de substituição permanente. Ao trabalhar com o existente, a arquitetura reconhece o valor do tempo como recurso cultural e ambiental. Cada edifício reabilitado preserva não apenas materiais e energia incorporada, mas também histórias, identidades e relações urbanas.

Neste sentido, a sustentabilidade da arquitetura não

se mede apenas pela eficiência energética ou pela inovação tecnológica. Mede-se também pela capacidade de prolongar a vida dos espaços e de integrar o passado na construção do futuro.

A arquitetura vive, afinal, numa tensão constante entre permanência e transformação. Por um lado, os edifícios procuram durar e resistir ao desgaste do tempo. Por outro, precisam de se adaptar a novos usos, novas tecnologias e novas formas de habitar.

A reabilitação situa-se precisamente nesse ponto de equilíbrio.

O desafio não consiste em escolher entre conservar ou transformar, mas em compreender o que deve permanecer e o que deve evoluir. Dar ao espaço o que lhe é devido em cada tempo significa reconhecer que a arquitetura não pertence exclusivamente ao momento da sua construção, mas a uma continuidade temporal mais ampla.

Se aceitarmos que o tempo é uma dimensão essencial da arquitetura, então ele pode ser entendido como uma verdadeira matéria de projeto.

Tal como a luz, a escala ou a materialidade, o tempo pode ser trabalhado conscientemente pelo arquiteto. Projetar com o tempo implica imaginar como um edifício envelhecerá, como os materiais se transformarão e como os espaços poderão adaptar-se ao longo dos anos.

A arquitetura deixa então de ser concebida como uma forma definitiva e passa a ser pensada como um processo aberto.

Se cada edifício contém a sua própria história, a cidade é o grande arquivo coletivo do tempo. As ruas, as praças e os bairros são compostos por arquiteturas de diferentes épocas que coexistem e dialogam entre si.

A riqueza das cidades históricas reside precisamente nessa diversidade temporal. Caminhar por elas é percorrer uma sucessão de tempos sobrepostos, onde o passado permanece visível no presente.

Talvez seja essa uma das tarefas mais exigentes da arquitetura contemporânea: intervir no existente sem apagar as marcas do tempo. As imperfeições, as adaptações e as transformações acumuladas ao longo dos anos fazem parte da história dos lugares. Eliminá-las completamente seria apagar a memória do edifício.

A arquitetura não constrói apenas espaços, constrói relações entre tempos.

Num tempo em que tudo parece exigir rapidez, a reabilitação lembra-nos que a arquitetura também precisa de escutar, tal como na música, é na escuta que se encontra o compasso do tempo.

ENTRE A PRÁTICA E A DISCIPLINA



Por **EDUARDO EUGÉNIO**, ARQUITETO
VOGAL DO CONSELHO DE DISCIPLINA REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**

"Simplificar o urbanismo e proteger a integridade de quem desenha o nosso território é um dever de cidadania."

A secção regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos, reconhecendo a importância de difundir na opinião pública uma imagem de credibilidade da profissão, tem vindo a desenvolver nos últimos anos, com o apoio do conselho de disciplina regional, sessões de esclarecimento, que visam de forma preventiva, informar, sensibilizar e promover o diálogo interno entre membros, relativamente às atuais dificuldades da *praxis*, e à sua indesejável ligação aos casos de disciplina profissional.

Após a publicação do simplex urbanístico em 2024 [1] no âmbito do programa mais habitação, com medidas de simplificação de licenciamento e regras técnicas de construção, estando à data a sua segunda versão a aguardar promulgação, a prática da arquitectura continua refém de cerca de 1700 diplomas sobre urbanismo e construção [2], à muito com necessidade de harmonização e redução de redundâncias, que continuam a permanecer como uma das grandes dificuldades ao exercício da prática profissional.

Paralelamente, e ao invés do expectável, verificamos

também, a demora da administração local na mudança de paradigma, em que a maior responsabilização dos técnicos, por via do referido simplex urbanístico, com redução de vários procedimentos administrativos, deveria levar a administração local ao aumento dos seus procedimentos de fiscalização, em detrimento de controlo prévio que impera ao longo de muitos anos.

É precisamente neste atual contexto de maior responsabilização técnica, que se impõe manter a sensibilização preventiva aos membros da secção regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos, dando a conhecer com maior detalhe a realidade da ligação entre a prática profissional e os casos de disciplina.

Não obstante a atual tendência pela litigância na protecção do consumidor, o aumento da complexidade dos projectos, conjuntamente com o referido volume de legislação existente para o sector, de acordo com a figura 1, na região do Alentejo, tem existido uma estabilização das participações disciplinares nos últimos 5 anos, com uma média anual de 3,67 participações, 90% de origem privada.



Figura 1 – Número de participações disciplinares secção regional do Alentejo da OA, 2020-2025. **Fonte** – Secção Regional do Alentejo da OA.

De acordo com a leitura das figuras 2 e 3, das 22 participações disciplinares registadas nos últimos 5 anos, resultaram 4 processos de inquérito e 6 processos disciplinares.

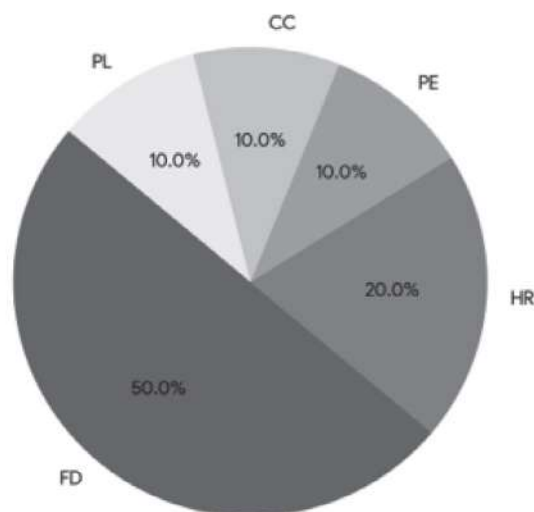


Figura 2 – Número de processos de inquérito, secção regional do Alentejo da OA, 2020-2025. **Fonte** – Secção Regional do Alentejo da OA.



Figura 3 – Número de processos disciplinares, secção regional do Alentejo da OA, 2020-2025. **Fonte** – Secção Regional do Alentejo da OA.

Apesar do elevado número de participações que não chegam a processo de inquérito, no âmbito da prática profissional importa dar conhecimento dos motivos das diversas participações patentes na figura 1.



FD Falsas Declarações, **HR** Honorários, **PL** Plágio, **PE** Pedidos Esclarecimento, **CC** Comunicação colegas

Figura 4 – FD Falsas Declarações, HR Honorários, PL Plágio, PE Pedidos Esclarecimento, CC Comunicação colegas, **Fonte** – Secção Regional do Alentejo da OA

Desta análise podemos revelar aos membros, não só a motivação das diversas participações efetuadas ao conselho de disciplina regional, que conformam possíveis irregularidades nos atos da profissão, bem como, identificar as falsas declarações FD, como o seu principal motivo, representando 50% das participações, e sobre as quais, o apoio à prática profissional como a disciplina, designadamente nas suas sessões de esclarecimentos, tem vindo a sensibilizar os membros da secção regional sobre o descrédito que causa na imagem da profissão, bem como, as ações de prevenção a considerar.

São precisamente estes atos da profissão que podem constituir maior numero de irregularidades, que centram o objeto de atuação preventiva do conselho de disciplina perante os membros, enunciando ações que podem levar a uma significativa redução, como a sensibilização dos

membros na sua atuação sobre os diversos promotores, descrevendo a importância do projecto de execução em detrimento dos projectos base, a forma como o mesmo defende e protege o projectista e o promotor, ou a importância do valor dos honorários no desenvolvimento de um projecto de qualidade, e na valorização a profissão.

Importa aqui salientar os últimos dados referentes a 2024 revelados pelo conselho diretivo nacional da Ordem dos Arquitectos [3], onde os ganhos médios sem dedução de impostos dos arquitectos a tempo inteiro (âmbito UE), coloca Portugal na cauda da União Europeia, com uma média de 13.874€, destacando-se a Suécia com 73.644€, sendo imperativo reverter estes dados, e caminhar para valores de honorários justos e que promovam a dedicação e profissionalismo dos nossos membros, entre 5 a 6% do valor global das empreitadas.

Também a exatidão das propostas de honorários, é ponto fundamental na credibilização da profissão, sempre que possível, integrando todos os procedimentos/ atos da profissão numa única proposta, transmitindo ao promotor um único valor global, sendo eventualmente necessário numa 1ª fase, a apresentação de uma proposta dedicada à consultoria, onde é analisado de forma precisa todo enquadramento urbanístico da intervenção, a sua viabilidade, a necessidade de pareceres prévios, consultas às diversas entidades públicas ou privadas, reuniões, deslocações, evitando assim em fases posteriores do andamento do projecto a apresentação de diversas propostas adicionais, consideradas indesejáveis, que confundem a clareza necessária e a confiança do promotor.

Relativamente às falsas declarações, e às várias formas que as mesmas podem apresentar, também o rigor é fator decisivo, designadamente na redacção de termos de responsabilidades, sendo imperativo a verificação cuidada do

cumprimento das prescrições dos instrumentos de gestão territorial, regulamentos e demais legislação aplicável, como a verificação das diversas peças desenhadas, em particular os levantamentos arquitetónicos do existente, sempre que se trate de intervenções de alteração ou ampliação

Apesar das diversas acções preventivas da secção regional do Alentejo, na protecção da integridade profissional de todos os seus membros, e da dedicação dos mesmos na procura do maior rigor e ética no exercício da profissão, sem o alinhamento na legislação nacional e da formalização de procedimentos uniformes de tramitação processual administrativa, não se afigura possível a agilização/simplificação urbanística, configurando o atual emaranhado de legislação e procedimentos administrativos, a principal oposição à praxis, que à falta de um código de construção, aguarda pela anunciada Plataforma Eletrónica dos Procedimentos Urbanísticos PEPU, esperada para 2026, com o intuito de submeter projetos, consultar processos e obter certidões online, uniformizando procedimentos entre os 308 municípios [4], continuando a assistir à implementação arbitrária dos mais diversos sistemas informáticos de gestão urbanística municipal.

Simplificar o urbanismo e proteger a integridade de quem desenha o nosso território é um dever de cidadania.

Fontes:

[1] Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro;

[2] <https://www.siluc.pt/siluc/home>;

SILUC – Sistema de Informação da Legislação de Urbanismo e Construção;

[3] Dados recolhidos no 17º congresso nacional da Ordem dos Arquitectos;

[4] Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, artº 8.º-A Plataforma eletrónica dos procedimentos urbanísticos.



A EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO DESDE O INÍCIO DA SECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO

Por **CLÁUDIA PETRONILA**, ARQUITETA
VOGAL DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL
Foto **NUNO ALMENDRA**



"Para uma Secção pequena, com cerca de 600 membros efetivos, num território tão grande e disperso como o Alentejo, a dinâmica é bastante interessante."

O processo de inscrição na Ordem dos Arquitectos (OA), por parte dos titulares de formação académica habilitante, corresponde ao conjunto de procedimentos para o acesso à qualificação profissional legalmente requerida para o exercício da profissão de arquiteto, e o mesmo é regulado pelo Regulamento n.º 350/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 65, 4 de abril 2016.

O Estatuto da Ordem dos Arquitectos, Decreto-Lei n.º 12/2024, de 19 de janeiro, que procedeu à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de julho, e alterado pela Lei n.º 113/2015, de 28 de agosto, adequando-o ao disposto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais,

na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2023, de 28 de março.

No artigo 29.º dos Estatutos da Ordem dos Arquitectos, são definidas as competências dos Conselhos Directivos Regionais (CDR). Este mesmo artigo refere que é competência dos CDR a certificação da inscrição de membros (alínea p); e organizar o estágio profissional, de acordo com o presente Estatuto, o respetivo regulamento e as orientações do conselho de supervisão (alínea q). Assim, desde a criação das 7 Secções Regionais, em 2020, compete a cada Secção Regional a análise dos processos de Admissão.

Fazendo um balanço dos 5 anos da Admissão no Alentejo, no ano de 2020, quando a Secção Regional do Alentejo tomou posse, em julho de 2020, desde



esse período até ao final do ano foram registados 7 pedidos de admissão a estágio e 7 pedidos de conclusão de estágio. Em relação ao ano de 2021, foi o ano em que se registaram mais pedidos, tanto de admissão a estágio, 19, como pedidos de conclusão de estágio, 26, ou seja, 26 novos membros para a Secção Regional do Alentejo.

Por sua vez, o ano de 2022 ficou marcado por um decréscimo bastante significativo, no que se refere a pedidos de admissão a estágio, onde apenas se registaram 5, em relação aos pedidos de conclusão, foram aprovados 17 novos membros.

O ano de 2023 registou algumas melhorias, face ao ano anterior, de pedidos de admissão a estágio, 11, por sua vez, registaram-se menos conclusões de estágio, apenas 11 novos membros.

A partir de 2024, começaram a notar-se mais pedidos de admissão a estágio, 14, no entanto, como

nos anos anteriores se verificaram menos admissões, acabou por se refletir nos anos seguintes com menos pedidos de conclusão, o que foi o caso, que apenas se registaram 10 novos membros.

Por fim, o ano de 2025 ficou marcado por mais pedidos de admissão a estágio, 17, e 13 pedidos de conclusão, ou seja, 13 novos membros para a Secção Regional do Alentejo.

Em suma, ao longo destes 5 anos, a Admissão no Alentejo tem tido o seu tempo, uns anos melhores que outros, no entanto para uma Secção pequena, com cerca de 600 membros efetivos, num território tão grande e disperso, como o Alentejo que tem 47 municípios, tem uma dinâmica bastante interessante.

Entre 2020 e 2025, foram analisados 73 pedidos de admissão a estágio e 83 pedidos de conclusão de estágio, ou seja, 83 novos membros para o Alentejo.

BIBLIOTECA

Por **REDAÇÃO**



1. *La Ville du quart d'heure : une solution pour préserver notre temps et notre planète*

Autor: Carlos Moreno

Editora: Eyrolles

Língua: Francesa

Texto: Em *La Ville du quart d'heure* (2025), Carlos Moreno apresenta o conceito da «Cidade de 15 Minutos», um modelo de planeamento urbano focado no bem-estar e na sustentabilidade. A premissa central é reestruturar as cidades para que as seis funções essenciais da vida quotidiana — habitar, trabalhar, abastecer, cuidar, aprender e divertir-se — estejam acessíveis a uma curta caminhada ou viagem de bicicleta a partir de casa. O objetivo é reduzir a dependência automóvel, cortar emissões e devolver o tempo aos cidadãos, promovendo bairros mais vibrantes, integrados e humanos.



2. *Arquitectura Popular em Portugal*

Autor: AA.VV.

Editora: Ordem dos Arquitectos

Língua: Portuguesa

Texto: Publicado originalmente em 1961, na sequência do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, esta publicação é um marco do modernismo e do património nacional. Dirigido por Francisco Keil do Amaral, com zonas coordenadas por arquitetos como Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira, mapeia as habitações regionais sem artificios do país. A obra revela uma arquitetura orgânica e funcional, moldada pela geografia, clima e materiais locais. Mais do que um catálogo, influenciou gerações ao propor uma síntese entre a tradição vernacular e a identidade moderna.



3. *Imaginar a Evidência*

Autor: Álvaro Siza

Editora: Edições 70

Língua: Portuguesa

Texto: Em *Imaginar a Evidência* (2012), Álvaro Siza reflete sobre o seu processo criativo, revelando que o projeto arquitetónico não nasce do vazio, mas da leitura atenta do lugar e das suas pré-existências. O arquiteto detalha como a intuição, o desenho à mão e o diálogo com as restrições do terreno transformam o complexo em algo natural e evidente. Através de textos e esboços de obras marcantes, a obra funciona como uma lição de sensibilidade, onde a arquitetura é vista como uma resposta poética, ética e rigorosa à realidade.



4. *La idea construída: la arquitectura a la luz de las palabras*

Autor: Alberto Campo Baeza

Editora: General de Ediciones de Arquitectura

Língua: Castelhana

Texto: Em *La idea construída* (2015 [1ªed. 1996]), Alberto Campo Baeza defende que a arquitetura é uma ideia construída através da gravidade e da luz. Para o arquiteto espanhol, o projeto nasce sempre de uma base concetual e intelectual clara, e não de uma mera intuição formal. O livro reúne ensaios onde a luz é tratada como um material essencial que dá escala e define o espaço, enquanto a gravidade serve de elo físico com a terra. É um manifesto poético e rigoroso sobre a arquitetura essencial, que procura alcançar o «mais com menos».



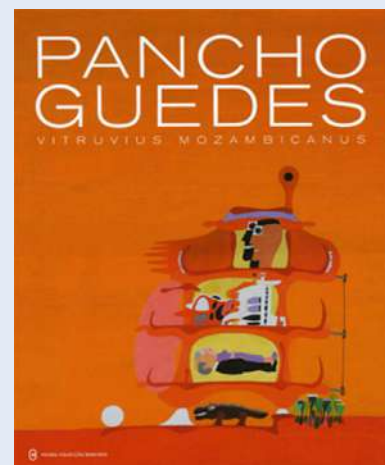
5. *A Arquitetura da Cidade*

Autor: Aldo Rossi

Editora: Edições 70

Língua: Portuguesa

Texto: Em *A Arquitetura da Cidade* (2016 [1ªed. 1966]), Aldo Rossi define a urbe como um artefacto construído sobre o tempo. Introduce o conceito de *locus* e de factos urbanos, elementos que permanecem enquanto as funções mudam. Para Rossi, a cidade é uma «memória coletiva»: monumentos e estruturas persistentes atravessam eras, acumulando significados. O tempo não representa apenas desgaste, também valida a arquitetura, permitindo que a forma urbana sobreviva a sucessivos contextos históricos e sociais.



6. *Pancho Guedes: Vitruvius Mozambicanus*

Autor: AA.VV. (ed. Museu Coleção Berardo)

Editora: Museu Coleção Berardo

Língua: Portuguesa e Inglesa

Texto: *Pancho Guedes: Vitruvius Mozambicanus* (2009), é o catálogo da exposição retrospectiva que celebra a obra vanguardista e eclética de Pancho Guedes. O livro reúne projetos, desenhos, pinturas e esculturas, demonstrando como a sua vivência em África — especialmente em Moçambique — o libertou dos cânones ocidentais. A obra revela um universo criativo único e autoral, onde a arquitetura se funde com a arte e o expressionismo, consolidando o seu legado como um «Vitruvius» africano e moderno.

UM OLHAR SOBRE O TEMPO





Escola Secundária Diogo de Gouveia (01), Beja. Arq. Luís Cristino da Silva



Agência Caixa Geral de Depósitos (01), Arraiolos. Arq. Gonçalo Byrne



Agência Caixa Geral de Depósitos (02), Arraiolos. Arq. Gonçalo Byrne



Agência Caixa Geral de Depósitos (03), Arraiolos. Arq. Gonçalo Byrne



Conjunto Habitacional da Praça de Portugal (01), Setúbal. Arq. Vítor Figueiredo



Conjunto Habitacional da Praça de Portugal (02),
Setúbal. Arq. Vítor Figueiredo



Conjunto Habitacional da Praça de Portugal (03),
Setúbal. Arq. Vítor Figueiredo



Mora, 1998



Torrão, 1999

DESDE 1927
SINCE



CS

**Coelho
da Silva**

NOVO **BIM**



Plasma (↵)

**REQUINTE E EXCLUSIVIDADE
PARA PROJETOS DISTINTOS**

CS - Coelho da Silva, SA

Albergaria, 2480-071 Juncal, Portugal

info@coelhodasilva.com

+351 244 479 200

coelhodasilva.com

CASA TOSCA - 149946/AL, Amoreira - Fátima
PROJETO ARQUETIS - Arquitetura, Arq. David Fialho
PRODUTO PLASMA Antiga